

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIANA TOMSON DE ABREU

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E CULTURA:
UMA ANÁLISE DOS PLANOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS**

CURITIBA
2018

MARIANA TOMSON DE ABREU

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E CULTURA:
UMA ANÁLISE DOS PLANOS NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS**

Projeto apresentado à disciplina de Projeto de Planejamento e Gestão em Turismo II, Curso de Turismo, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Martins Augusto Gomes

CURITIBA
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a mim mesma. Sobretudo porque cada indivíduo sabe a luta e os sonhos que carrega. Sei o quanto de dedicação desempenhei neste projeto, assim como os erros e acertos que cometi. A graduação me mostrou, em todos os momentos, que a vida é um constante ensinamento e a verdadeira sabedoria é daquele que está sempre disposto a aprender. Sei que continuarei, sempre oferecendo meu melhor.

Não posso deixar de citar, de nenhuma forma, meu pai e minha mãe. Eles que foram meu constante apoio emocional ao longo desses cinco anos, me ajudando a enfrentar todas as dificuldades que uma jovem de dezoito anos encontra ao sair de casa pela primeira vez para estudar em outro estado. Que todos os dias vocês possam pensar em mim com orgulho, pois todos os dias penso em vocês e lembro o quão sortuda sou.

Agradeço também ao meu inteligentíssimo professor e orientador Bruno, que desde o início de suas aulas me encheu de admiração e que em inúmeros momentos desse ano se mostrou muito mais paciente e compreensivo do que eu merecia. Obrigada, professor, por me iniciar nas políticas públicas e vou me esforçar para que nossos caminhos se cruzem novamente nas pesquisas. Em tempos que os educadores vêm sofrendo tanto desrespeito, digo com muita gratidão que foi um prazer aprender com você.

Aos meus queridos Lucas, Douglas, Bárbara e aos pets da casa, Vênus e Jorel, que acompanharam o dia-a-dia desse PPGT. Estamos juntos. Agradeço também à todos os meus outros amigos de longe e de perto, à turma de Turismo que desde 2014 vem me proporcionando muitos momentos felizes. Todos vocês fizeram parte desse momento único e inesquecível da minha vida.

Por fim, todo o meu eterno agradecimento à universidade pública. Que em meio à tantos ataques e ameaças o ensino gratuito possa resistir e crescer.

RESUMO

Compreende-se que turismo e cultura tem uma relação de dependência, já que é a partir desses atrativos culturais que surgem as principais ofertas de produtos e destinos turísticos. Além disso, os planos setoriais são de grande importância para a formulação de diretrizes que auxiliam e facilitam a aplicação do turismo cultural no município. Considerando essas informações, essa pesquisa tem como objetivo analisar a interação entre as políticas públicas de turismo e cultura, usando como referência as metas propostas pelo Plano Nacional de Cultura 2010-2020, Plano Nacional de Turismo 2018-2022, Plano Estadual de Cultura do Paraná 2017-2027, Plano Estadual de Turismo do Paraná 2016-2026, Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025 e Plano Municipal de Turismo 2015-2017. Para tanto, foram analisados os planos escolhidos, contabilizando variáveis relacionadas à turismo e cultura e buscando compreender em que contextos esses dois setores se citam. A pesquisa constatou que os planos carecem de estratégias bem claras e definidas para a aplicação de um turismo cultural sustentável no destino. As menções ao turismo cultural nos planos analisados em grande parte são generalizadas e não exploram todas as potencialidades da atividade turística para o setor cultural. A partir dos resultados foi proposto um projeto para a capacitação dos profissionais da cultura das instituições públicas que participam da elaboração do Plano Municipal de Cultura de forma a auxiliar na elaboração de estratégias, técnicas e ações claras, bem descritas e que sejam possíveis de ser aplicadas na realidade do município.

Palavras-chave: políticas públicas, turismo, cultura, planos.

ABSTRACT

It is understood that tourism and culture have a relationship of dependence, since it is from these cultural attractions that arise the main offers of products and tourist destinations. In addition, the sectorial plans are of great importance for the formulation of guidelines that help and facilitate the application of cultural tourism in the municipality. Considering this information, this research aims to analyze the interaction between Tourism and Culture Public Policies, using as reference the goals proposed by the national, state and municipal plans of the two sectors. To do so, an analysis of the chosen plans was made, accounting for variables related to tourism and culture and seeking to understand in which contexts these two sectors are mentioned. The research found that the plans lack clear and well defined strategies for the application of sustainable cultural tourism in the destination. Mentions of cultural tourism in the analyzed plans are largely generalized and do not exploit all the potential of tourism activity for the cultural sector. Based on the results, a project was proposed for the training of professionals of the culture of the public institutions that participate in the elaboration of the Municipal Plan of Culture in order to assist in the elaboration of strategies, techniques and actions clear, well described and that are possible to be applied in reality of the municipality.

Key-words: public policy, tourism, culture, planning.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CLASSIFICAÇÃO DAS DEFINIÇÕES DE CULTURA.....	19
QUADRO 2 - VARIÁVEIS NOS PLANOS DE TURISMO.....	35
QUADRO 3 - VARIÁVEIS NOS PLANOS DE CULTURA.....	35
QUADRO 4 - SÍNTESE DOS TEMAS MAIS CITADOS NOS PLANOS DE CULTURA À PARTIR DA BUSCA DA VARIÁVEL “TURISMO”.....	48
QUADRO 5 - SÍNTESE DOS TEMAS MAIS CITADOS NOS PLANOS DE TURISMO Á PARTIR DA BUSCA DA VARIÁVEL “CULTURA”.....	49
QUADRO 6 - CRONOGRAMA GERAL DE APLICAÇÃO DO PROJETO.....	57
QUADRO 7 - CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DA CAPACITAÇÃO.....	58
QUADRO 8 - ORÇAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ANÁLISE DAS VARIÁVEIS COMPLEMENTARES.....	50
---	----

LISTA DE SIGLAS

EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MTUR	Ministério do Turismo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNT	Plano Nacional de Turismo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E CULTURA	10
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS	11
2.1.1 Processo de formulação das políticas públicas	13
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	16
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA	18
2.3.1 Cultura e Estado	20
2.4 TURISMO CULTURAL: UM DIÁLOGO ENTRE TURISMO E CULTURA	24
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	30
4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	33
4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS	33
4.2 INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	36
4.2.1 Plano Nacional de Turismo 2018-2022	36
4.2.2 Plano Estadual de Turismo do Paraná 2016-2026	38
4.2.3 Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015-2017	40
4.2.4 Plano Nacional de Cultura 2010-2020	41
4.2.5 Plano Estadual de Cultura do Paraná 2017-2027	44
4.2.6 Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025	45
4.3 Análise das variáveis complementares	48
5. PROJETO DE CAPACITAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO CULTURAL	52
5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO	52
5.2 ETAPAS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO	54
5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto	54
5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa	59
5.2.3 Descrição do orçamento e dos desembolsos por etapa	59
5.2.4 Avaliação do retorno do investimento	61
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
7. REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE1 : CAPACITAÇÃO EM TURISMO CULTURAL	69

1. INTRODUÇÃO

Turismo e cultura têm uma relação intrínseca visto que os produtos culturais são um recurso essencial na maioria dos destinos. No mercado, a formatação dos produtos turísticos é evidente ao observar produtos turísticos a partir de patrimônios materiais e imateriais e eventos culturais. Essa interação se reflete também no setor público, sendo comum encontrar as duas áreas unidas em um mesmo órgão como em secretarias estaduais e municipais. Nesse sentido, a formatação das políticas públicas em conjunto pode influenciar positivamente os dois setores: seja com turismo potencializando o uso dos espaços culturais, patrimônio materiais ou imateriais, ou com a cultura possibilitando a educação patrimonial e a preservação por meio do turismo.

Contudo, do ponto de vista das políticas públicas os dois setores às vezes têm prioridades distintas. Enquanto a comercialização e o direcionamento para um público externo são inerentes ao turismo, na cultura a ação pública está direcionada, principalmente, para a preservação e exposição das manifestações culturais para os residentes. É notório que todas essas características perpassam ambos, todavia com pesos diferentes. Logo, estabelecer um diálogo e organizar os dois interesses pode trazer proveito para ambas as áreas e conseqüentemente para a sociedade.

Alguns poucos exemplos que demonstram a preocupação do Estado brasileiro com o envolvimento entre cultura e turismo é encontrado na Lei Geral de Turismo nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, e na Lei da Política Nacional de Cultura, nº 12.343 de 2 de dezembro de 2010. Essas leis discorrem sobre diretrizes gerais para os dois setores separadamente e alguns trechos relacionados à necessidade e importância de articulação entre as políticas públicas de ambos. Nessas leis, turismo e cultura se citam repetidamente, principalmente relacionado ao tema de desenvolvimento sustentável na gestão cultural e turística, medidas que influenciam também as leis e documentos elaborados pelas unidades da federação e pelos municípios.

Diante desse contexto e considerando que os planos nacionais, estaduais e municipais são instrumentos que direcionam as políticas públicas nesses dois setores, surge a seguinte indagação: como esses documentos estabelecem suas diretrizes para possibilitar uma interação entre turismo e cultura?

Para tanto essa pesquisa tem como objetivo analisar a interação entre as Políticas Públicas de Turismo e Cultura nas esferas nacional, estadual e municipal, usando como referência para a área de cultura as metas propostas no Plano Nacional de Cultura 2010-2020, o Plano Estadual de Cultural do Paraná 2017-2027 e o Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025. Para a área de Turismo serão utilizados o Plano Nacional de Turismo 2018-2022, o Plano Paraná Turístico 2016-2026 e o Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015-2017.

Para isso, será desenvolvido um referencial teórico que permita analisar a formulação das políticas públicas de turismo e cultura e como elas convergem. No primeiro momento serão trazidos conceitos de políticas públicas e suas ideias gerais de formulação e instrumentos. Posteriormente serão abordados temas específicos de políticas públicas de turismo e cultura, citando desde suas definições básicas até a inserção desses setores no Estado. Por fim, o capítulo de Turismo Cultural apresenta os pontos de interseção entre as duas áreas.

Em seguida serão expostos os procedimentos metodológicos que tiveram como objetos de estudo os planos citados, contabilizando a variável “cultura” nos planos de turismo, e a variável “turismo” nos planos de cultura. Posteriormente foram analisados os contextos em que esses termos estavam inseridos, buscando compreender de que forma os dois setores de citam na formatação de suas políticas em conjunto e em que ponto as prioridades e objetivos dos dois setores convergem ou se opõe.

Por fim, na última parte é apresentado um projeto com o propósito de integrar a formulação das políticas de cultura e turismo por meio de uma capacitação. Considerando que o processo de implementação de uma política começa desde a criação destes documentos, o objetivo é capacitar os envolvidos na formulação desses planos para que as políticas de integração possam impactar positivamente o espaço e a comunidade envolvidos.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS, TURISMO E CULTURA

Para o desenvolvimento do presente estudo alguns temas foram considerados essenciais na construção da base teórica. O primeiro, Políticas

Públicas, busca trazer conceitos, teorias sobre formulação e participação do Estado na implementação de políticas nacionais. Em seguida, o tema Políticas Públicas de Turismo tem como objetivo esclarecer a relação entre a atividade turística e o Estado considerando o envolvimento de sistemas e instituições públicas na formatação de propostas para o turismo no Brasil. O tema posterior, Políticas Públicas de Cultura, que desenvolve as mesmas discussões aplicada à realidade da gestão cultural brasileira.

O último tema, Turismo Cultural, propõe um diálogo entre os dois setores considerando temas como sustentabilidade, participação da iniciativa privada, participação do setor público e preservação de patrimônios. Todos estes temas têm como objetivo fundamentar a proposta de interação entre as políticas públicas de turismo e cultura a ser realizada posteriormente.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

O estudo e o conhecimento das políticas públicas no Brasil data de períodos recentes. Os autores Hochman, Arretche e Marques (2007) mostram que até o início dos anos 1980 o estudo da política brasileira focava-se em macrodimensões, buscando entender relações que abrangiam o funcionamento e organização da instituição Estado que tem o capitalismo como base. Nesse contexto, análises das micro dimensões e seus instrumentos eram deixadas de lado.

A investigação das políticas públicas ganhou expressividade a partir da década seguinte, quando a análise dos instrumentos e formatação de políticas passou a ser considerado de cunho essencial para o desenvolvimento do Estado. Essas pesquisas envolviam assuntos de política social, cidadania e cultura (HOCHMAN, ARRETCHÉ e MARQUES, 2007). Esse momento é importante para compreender como era a formatação de políticas públicas e que, basicamente, é dessas políticas e seus instrumentos dos quais o poder público é constituído. Como discorrem os autores:

Nesse período, realizaram-se análises que não apenas investigaram as características gerais das políticas no país, como também trouxeram luz aos atores, interesses e processo presentes em cada política setorial,

construindo um corpo de conhecimentos substancial sobre o padrão brasileiro de produção de políticas públicas (HOCHMAN, ARRETCHE e MARQUES, 2007, p.14).

Também nessa época as ciências sociais foram de grande influência para o desenvolvimento de pesquisas com temas relacionados à cidadania, corporativismo, burocracia, grupos de interesse e movimentos sociais que colocaram o Estado e suas políticas como parte de uma grande cadeia de influências (HOCHMAN, ARRETCHE e MARQUES, 2007). Ainda nesta década, o período de redemocratização pós ditadura serviu como estímulo para as pesquisas proporem também reformas e “novas alternativas de desenho institucional”. Surgem, então, termos há muito esquecidos como a “participação”, “descentralização” e “poder local” que passaram a ser consideradas ideias visionárias para aproximar o Estado da sociedade civil (HOCHMAN, ARRETCHE e MARQUES, 2007).

No entanto, o principal e primeiro desafio sobre os estudos de políticas públicas foi definir exatamente o que elas eram, quem eram os agentes envolvidos, qual era o seu grau de influência e como atingiam a sociedade civil. Foi assim que novos conceitos surgiram e ideias já estudadas internacionalmente passaram a ser aplicadas no cenário brasileiro.

Kauchakje (2013) e Anderson (2011) definem políticas públicas como a ação ou inação intencional (quando se conhece o problema mas nenhuma atitude é tomada) realizada por um agente ou grupo de agentes do setor público para lidar com determinada situação problemática. Este processo de desenvolvimento da política pública passa por momentos de conflitos, negociações e interesses pessoais ou coletivos.

Existem também outras definições como a “soma de atividades dos governos, que agem diretamente ou por delegação, e que influencia a vida dos cidadãos” (PETERS, 1986). Há ainda o entendimento de que políticas públicas implicam em responder questões de “quem ganha o quê, porquê e que diferença faz” (LASWELL, 1958).

A definição mais clássica, no entanto, é atribuída à Lowi ao defender que:

A política pública é uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar, regular o comportamento individual ou coletivo através do uso de sanções positivas ou negativas (LOWI, 1972, p.17).

As políticas podem ser de caráter preventivo (ato de desenvolver medidas que busquem evitar que determinada situação negativa ocorra) ou corretivas (achar melhor solução e/ou impedir que determinado problema se agrave). Todas as escolhas feitas nesse processo causarão impactos na vida social e política do país devido ao fato delas terem caráter autoritário. Ou seja, o Estado tem poder e direito para criar demandas que ordenem, decidam, atuem e façam a sociedade obedecer de forma que se mantenha ou se modifique o cenário existente (SARAIVA, 2006; ANDERSON, 2011).

No entanto, essas medidas não são decididas ao acaso. Elas são planejadas visando gerar resultados específicos a partir de objetivos, estratégias e alocação dos recursos disponíveis. Num contexto democrático, as políticas públicas ainda têm como função atender às demandas da sociedade que inclui cidadãos, legisladores, grupos de interesse e setor executivo. Formatar as estratégias certas é, acima de tudo, conseguir conciliar os diferentes interesses de todos esses grupos (SARAIVA, 2006; ANDERSON, 2011).

2.1.1 Processo de formulação das políticas públicas

Para tomar as melhores decisões possíveis e agradar todos os grupos que são influenciados é preciso que os gestores se atentem ao processo de formulação de determinada política. As políticas públicas, em geral, se dividem em estágios. São eles: definição da agenda; identificação de alternativas; avaliação das alternativas; seleção das alternativas; implementação e avaliação dos resultados (DYE, 2011; SOUZA, 2006).

Easton (1965) define este processo de criação das políticas públicas como um sistema de relação entre formulação, resultados e o ambiente. Ele ainda acrescenta que essas políticas sofrem influências de *inputs* dos partidos, das mídias e dos grupos de interesse que acabam por afetar o processo, os efeitos e resultados.

O primeiro momento é o da construção da agenda, para estabelecer quais são as necessidades que devem ser elencadas como prioridades nos projetos do poder público. O fator essencial para a inclusão de um tema na agenda pública é que ele seja considerado um problema social, que gere controvérsias e debates e que necessite de uma intervenção pública (GARRAUD, 2004).

O segundo momento é caracterizado pela elaboração para definir e afunilar essa questão problemática para a sociedade encontrando nela um problema específico que deva ser solucionado. Nesta fase, começa a se ponderar as possíveis soluções, os recursos materiais e humanos, o tempo disponibilizado e necessário, a avaliação dos custos e o estabelecimento de prioridades (SARAVIA, 2015). Neste sentido, Hill (1993) defende que a elaboração das políticas públicas é desenvolvida de formas unicamente técnicas e controladas, e que tem resultados previsíveis, com efeitos estáveis e racionais.

Contudo, deve-se sempre considerar a participação dos atores envolvidos e que seus interesses e percepções vão afetar e modificar todos os estágios de aplicação da política. Especificamente na elaboração, esses interesses entram em conflito com o ambiente e com os recursos disponíveis, podendo gerar atritos consideráveis entre o que é prioridade para a sociedade e o que é importante para o individual do agente envolvido (SARAVIA, 2015).

A terceira etapa, a formulação, inclui a seleção e a especificação da alternativa que for mais conveniente. Enquanto na fase da elaboração prevalecem as questões técnicas, na formulação ressaltam-se as questões de marco jurídico, administrativo e financeiro (HILL, 1993).

A quarta etapa é denominada implementação e ela constitui o processo de planejamento e organização da administração e dos recursos necessários para executar a política. Essa fase é, em outras palavras, a preparação para a política pública ser colocada em prática, elaborando os planos, programa e projetos para execução, recrutar e capacitar as pessoas que estarão envolvidas na coordenação, no seguimento e na avaliação da política implementada (HILL, 1993).

O quinto momento, a execução, é o conjunto de ações que buscarão alcançar os objetivos da política escolhida. Para Saravia (2015), essa etapa é a que dá sentido às fases anteriores e posteriores, pois é nela onde a política é efetivamente realizada. A etapa seguinte, o acompanhamento, ocorre

simultaneamente à execução e funciona como uma supervisão das atividades, fornecendo informações e correções de forma atingir os objetivos definidos (HILL, 1993). Por último, a avaliação, é caracterizada pela mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade, considerar o que foi previsto e o que não foi previsto, as correções necessárias, e como essas informações podem auxiliar na construção de políticas futuras (SARAVIA, 2015).

A utilização dessas etapas é importante para manter um padrão técnico de formulação de políticas públicas, assim como buscar cumprir e se atentar à todos os possíveis detalhes que compõem o começo, meio e fim da formulação de uma política (HILL, 1993). Em suma, as políticas públicas demandam tempo e processo de cadeias de decisões, desdobrando-se e adaptando-se enquanto surgem problemas e necessidades novas (SABATIER, 2007; GREENBERG et. al, 1977; SCHLAGER, 2007).

Dessa forma, os instrumentos de políticas públicas (os métodos escolhidos para desenvolver determinada medida) auxiliam condução de ciclo de políticas públicas bem como na tomada de decisões justas e aplicáveis ao contexto que se está avaliando. A escolha desses instrumentos, no entanto, não depende apenas de questões teóricas, objetivas e científicas e está sujeita também à parcerias e interesses políticos, o que torna essas decisões mais frágeis às mudanças de mandatos e conflitos ideológicos entre os envolvidos (HARGUINDIGUY, 2013).

Dentro do contexto, três tipos de instrumentos estão sempre presentes na formulação das políticas públicas. Esses instrumentos são denominados projeto, programa e plano e são destinados a atender interesses de uma coletividade, onde o lucro e os benefícios reverte-se sempre para o grupo-alvo (BENI, 2006).

O projeto aborda um elemento específico e o estuda de forma detalhada. Ele determina os custos e benefícios de um investimento, os passos, os envolvidos, os recursos necessários e os responsáveis. Já o programa diz respeito a um conjunto de projetos que possuem similaridade ou complementaridade, e que se unem para articular as estratégias de um plano. O projeto e o programa juntos caracterizam os instrumentos de planejamento de maior aplicação pelas instituições de maior concretização das ações (BENI 2006).

O plano, por sua vez, é um instrumento com uma visão mais geral e, normalmente, com maior duração. Ele pode ser enquadrado também como parâmetro técnico-político pois nele participam inúmeros atores com lógicas e

racionalidades distintas, onde a negociação e a proposta de alternativas que atendam ao interesse de todos é um mecanismo essencial (BENI, 2006).

Para Getz (1987), a formulação de um plano estratégico passa por processos de diagnósticos, prognóstico, definição de objetivos e metas e definição de estratégias. Por fim, seguem-se a, proposição de soluções (diretrizes) e a análise das alternativas mais viáveis que permitam chegar ao resultado desejado.

Oliveira (2006) defende que no cenário brasileiro a confecção de planos é vista como parte primordial do desenvolvimento das políticas públicas estratégicas. Ou seja, todo o processo contido na criação de um plano (reuniões, discussão com os atores envolvidos, desenvolvimento de mapas / modelos / cronogramas / cenários, criação de legislação, distribuição de responsabilidades e orçamentos) fornece dados e estratégias essenciais para a criação de políticas públicas futuras.

A formatação de planos, sejam eles anuais, decenais ou plurianuais, tem o objetivo de antever e organizar o futuro da maneira mais racional possível. Estabelecer um controle dessa forma permite que as políticas públicas desenvolvam um planejamento que sigam diretrizes para o cenário ideal que deseja se alcançar no futuro em qualquer esfera econômica nacional.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

A atividade turística como é desenvolvida atualmente apresenta uma complexidade de definição por envolver inúmeros setores, grupos e aspectos da sociedade. Para unificar a interpretação do termo, neste estudo se utilizará o que é proposto pelo o Art. 2º da Lei Geral do Turismo de 17 de Setembro de 2008, que declara:

Para os fins desta Lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras. [...] As viagens e estadas de que trata o caput deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade (BRASIL, 2008).

Coriolano (2003) demonstra que o turismo é com mais frequência abordado pelo viés econômico. Isso deve-se ao fato de que ele tem um efeito multiplicador que gera benefícios para o desenvolvimento de pequenas, médias e grandes empresas. De fato, isso faz com que a atividade turística possibilite a geração de renda e oportunidades para os mais diversos empreendimentos de prestação de serviços como hotéis e bares, restaurantes até mesmo em pequenas comunidades e para empresários iniciantes. Isso permite a movimentação de capital e auxilia no crescimento da economia nacional (CORIOLANO, 2003).

No entanto, o turismo é significativo não apenas pela sua influência econômica e pelas suas estatísticas que demonstram seu crescimento anual. Ele também é relevante pelo grande impacto que causa na geração de empregos, no cotidiano dos habitantes onde a atividade acontece e no ecossistema em que está envolvido (HALL, 2008). Esse autor afirma ainda que as políticas e planos de turismo se tornaram necessários porque, diferente de décadas passadas, a atividade turística pode e deve ser controlada e gerenciada para diminuir seus impactos negativos.

Gomes (2015) defende que o poder público no turismo tem um papel importante ao fornecer infraestruturas básicas para o turista, como saúde, segurança, saneamento, transporte, etc. Não só esses fatores são citados como essenciais, mas principalmente a possibilidade de se aproximar da iniciativa privada para formular políticas que atendam o interesse de todos os atores e, inclusive, for necessário restringir o desenvolvimento do turismo.

Para Hall (2008) o planejamento turístico é essencialmente uma atividade pública que deve ser feito em conjunto com a iniciativa privada e outros agentes, mas que deve-se manter sob o envolvimento regulador e fiscalizador do Estado. Neste sentido, a Lei nº 11.771 (Lei Geral do Turismo), promulgada em 17 de Setembro de 2008 representou um grande avanço nas políticas públicas de turismo nacionais pois concretizou a ideia de que a atividade turística é de interesse e responsabilidade também do Estado.

A Lei Geral do Turismo (LGT) cita como alguns de seus objetivos alcançar o bem-estar populacional e da sociedade em geral; democratizar o acesso à atividade e reduzir as desigualdades sociais por meio do crescimento da oferta, distribuição de renda e incentivo a pequenas e médias empresas (BRASIL, 2008).

Considera-se, então o turismo como uma atividade que dispõe de mecanismos e incentivos para o processo de desenvolvimento social.

Além desses fatores, a Lei Geral do Turismo trata também da importância da modernização e seguranças dos serviços e equipamentos turísticos; da capacitação e qualificação dos recursos humanos no mercado de trabalho; da produção, sistematização e intercâmbio de dados estatísticos e pesquisa; e da participação da iniciativa privada na gestão e planejamento da atividade turística (BRASIL, 2008).

Mesmo com todo o valor do Estado no processo de planejamento e gestão, o lugar do turismo na estruturação administrativa do setor público dependerá das inclinações de cada governo de cada país ao pensar a atividade turística. E ainda que o planejamento turístico faça parte da agenda pública, existe a tendência e o constante risco de que na mudança de governo modifique-se também os objetivos do turismo assim como a sua posição hierárquica na administração pública, provocando alterações na organização institucional do setor (BENI, 2006).

Considerando todo o cenário apresentado, defende-se que o turismo no Brasil ainda não atingiu índices de desenvolvimento mais expressivos por causa da falta de uma visão sistêmica e de pensamento estratégico. Isso porque as políticas públicas de Turismo causam impacto para além de seu setor.

Por isso o turismo necessita de uma orientação que indique explicitamente seus objetivos, metas, prioridades, metodologias e políticas que se relacionem com outros projetos setoriais. Não compreender a interligação do turismo com suas outras esferas é insistir em políticas que não conseguem ter continuidade no setor público e não conseguem atender às demandas da economia e da sociedade.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA

A palavra “cultura”, como é conceituada hoje, foi citada pioneiramente em meados dos anos 1700 e seu conceito se modificou durante todos os séculos que se seguiram, sendo influenciada pelos contextos locais e globais que a história e a sociedade enfrentaram. Em muitos momentos esse conceito se fixava mais em preceitos linguísticos do que em ideias e contextos antropológicos (FERREIRA, 2017).

Foi em 1994 que o antropólogo John H. Bodley contribuiu reunindo alguns dos mais amplos e difundidos conceitos de cultura, como apresentado na tabela a seguir:

QUADRO 1: CLASSIFICAÇÃO DAS DEFINIÇÕES DE CULTURA

Tópica	A cultura consiste em uma lista de tópicos e categorias, tais como organização social, religião ou economia
Histórica	cultura é uma herança social, ou a tradição, que se transmite às gerações futuras
Comportamental	A cultura é um comportamento humano compartilhado e aprendido, um modo de vida
Normativa	A cultura são ideais, valores, ou regras para viver
Funcional	A cultura é uma maneira que os seres humanos solucionam problemas de adaptação ao ambiente ou a vida em comum
Mental	cultura é um conjunto de ideias, ou os hábitos aprendidos que inibem impulsos e distinguem as pessoas dos animais
Estrutural	A cultura consiste em ideias, símbolos, ou comportamentos, modelados ou pautados e inter relacionados
Simbólica	cultura se baseia nos significados arbitrariamente assinalados que são compartilhados por uma sociedade

FONTE: JOHN H. BODLEY (1994) - TRADUÇÃO LIVRE FEITA PELA AUTORA

O conceito de Bodley que mais se relaciona com o estudo aqui proposto é a abordagem comportamental, considerando a possibilidade de expandir essa discussão para incluir patrimônio materiais e imateriais que tanto interessam o ramo cultural e, principalmente, o turístico.

O conceito proposto pela UNESCO, em 2001, na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, complementa os entendimentos acima na medida em que afirma:

A cultura deve ser considerada o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam a uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver em coletivo, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO, 2001).

Complexa como o próprio conceito de cultura, a ideia de política cultural é convencionada a ser associada à diretrizes de produção artística (ANDRADE, 2015). Para Silva e Midlej (2011), a política cultural pode ser definida pela sua função em atingir objetivos de concretização de direitos culturais, produção simbólica, disseminação de valores, reconhecimento de modos de saber, fazer e viver.

Considera-se, ainda, que pela sua multidisciplinaridade, as políticas de cultura podem se relacionar com ideias de cidadania, reconhecimento social de identidades e práticas significativas, com o fazer artístico, com a valorização da cultura que permeia as práticas do cotidiano ou com o desenvolvimento social (FERRARI, 2017).

Para facilitar a compreensão de qual é, efetivamente, a função das políticas culturais, a mesma declaração de 2001 formulada pela UNESCO não só definiu os princípios de cultura, como também aprovou a Declaração da Identidade, Diversidade e Pluralismo, na qual dedica um artigo específico para as definições de políticas culturais:

Artigo 9 - As políticas culturais, catalisadoras da criatividade- Para garantir a livre circulação das ideias e das obras, as políticas culturais devem criar condições propícias à produção e difusão de bens e serviços culturais diversificados através das agências culturais que dispõem de meios de se afirmar a nível local e mundial. Em respeito às suas obrigações internacionais, cada país deve definir sua política cultural e colocá-la em prática pelos meios de ação que julga serem os mais oportunos, agindo como apoio operacional onde quadros reguladores forem apropriados. (UNESCO, 2003).

Para Ferrari (2017), esta publicação da UNESCO deixa claro a ideia de comercialização da cultura e seu estabelecimento como produto. Isso pode ser reforçado ao se analisar trechos que dão às políticas públicas a responsabilidade de incentivar a “produção e difusão” das criações culturais, de forma que eles alcancem muito além do nível local. A autora ainda defende que essas abordagens são consequências da globalização que foi responsável por massificar e padronizar a cultura e que agora, por meio da indústria criativa, busca resgatar aspectos de identidade e individualidade das manifestações culturais. Esse contexto remete à uma fragilidade da cultura diante das exigências desse mercado, problema que levou o Estado a criar sistemas de apoio e proteção à produção cultural (ANDRADE, 2015).

2.3.1 Cultura e Estado

Considerando o contexto nacional e a influência que a produção cultural latino americana tem nas políticas culturais brasileiras, Garcia-Canclini (1998) afirma que os períodos de durante e pós-ditadura foram importantes para o

surgimento da dimensão cultural ibero-americano. A década de 30, durante a gestão de Getúlio Vargas marcada pela construção do Estado nacional centralizado, foi um importante momento para a participação do Estado na vida política e cultural do país. Diversas instituições culturais foram criadas naquele período, como por exemplo o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o Instituto Nacional do Livro, o Museu Nacional de Belas Artes, o Serviço Nacional de Teatro, o Conselho Nacional de Cultura, entre outros (SILVA e MIDDLEJ, 2011).

As ações culturais por parte do Estado que tiveram relevante importância retornaram apenas em 1966, quando os militares criaram o Conselho Federal de Cultural (CFC). Posteriormente, em 1975, foi criada a Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), mas os efeitos das políticas de ambas instituições permanecem escassos e de pouco impacto no cotidiano da sociedade civil (SILVA e MIDDLEJ, 2011).

Ferreira (2017) pontua ainda alguns momentos importantes para o avanço das políticas culturais. Foram eles: a Conferência de Veneza, em 1970; a Conferência sobre Políticas Públicas Culturais na América e no Caribe, em 1978 e a Conferência Mundial sobre Políticas Culturais, em 1982. O que esses três momentos têm em comum é que todos destacaram e recomendaram como itens importantes para o desenvolvimento cultural o aumento do financiamento cultural nacional, enfatizando a urgência em se criar fundos nacionais de fomento e apoio à cultura e às artes em geral.

Considerando o contexto político da ditadura militar, é importante ressaltar que mesmo que esses órgãos públicos tenham sido criados com o discurso e estudo e conhecimento sobre a cultura seu real objetivo era bem definido como uma forma de controle sobre o processo cultural, de forma a alcançar a hegemonia cultural e formular uma política própria (COHN, 1984). Essas medidas eram relativas à criação de serviços nacionais de música, artes plásticas, folclore, à criação do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Cultura e de casas da cultura em centro de influência regional, à colaboração com universidade, ao cuidado com monumentos particulares tombados e ao financiamento de projeto de natureza cultural (SILVA e MIDDLEJ, 2011).

Deve ser ressaltada também a importância em dividir as responsabilidades da cultura entre setor público e privado, aproveitando as oportunidades de

financiamento possíveis. Dentre essas estão os recursos orçamentários, cooperação bilateral e multilateral, instituições privadas, fundações, organismos inter-regionais, instituições internacionais, entre outros (FERREIRA, 2017). Dessa forma, o mercado também tem importância no processo de desenvolvimento e apoio à produção cultural.

Andrade (2015) salienta a importância em diferenciar patrocínio e apoio cultural de “assistencialismo”. Neste último caso, a cultura acaba por ser aprisionada à lógica assistencialista que distorce a atividade cultural e faz a política se sobrepor ao setor, colocando os criadores e a atividade cultural como frágil, dependente e passível de manipulação. Mas a dependência da cultura também forneceu aos governantes uma oportunidade de patrocínio dos criadores, ferramenta essa necessária à sobrevivência da produção cultural que muitas vezes não têm plenas condições de atender ao mercado (ANDRADE, 2015).

No livro *Políticas Públicas Culturais: A voz dos gestores*, dos já citados autores Silva e Midlej, são realizadas entrevistas com os responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas de cultura em instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Cultural (Iphan), Ministério da Cultura e outras instituições estaduais e federais. O livro traz informações sobre a formulação e aplicação dessas políticas na prática, trazendo análises sobre relações entre a cultura e outros setores.

Nesse livro, Ângelo Oswaldo, ex-presidente do Iphan e um dos entrevistados, defende que as primeiras políticas públicas de cultura foram efetivamente formuladas pelas secretarias de cultura dos estados levantando questões como: o que deveria ser contemplado pela política cultural; quais eram as diferenças entre cultura erudita e cultura popular; o que era exatamente a cultura brasileira e a cultura importada e, principalmente, o que era a cultura da minorias da elites e o que era a cultura da maioria do povo brasileiro (SILVA e MIDDLEJ, 2011). Para Aluísio Pimenta, ex-ministro de estado da Cultura, a criação do Ministério da Cultura, em 1985, foi fundamental para a mudança da concepção de cultura que passou a ser encarada como um direito.

Ângelo Oswaldo observa ainda que a mudança trazida pela Constituição Federal de 1988 estabeleceu a cultura como dever do Estado e direito do cidadão. Ela estabelece ainda o patrimônio cultural como responsabilidade não só da

união, mas também dos estados e municípios, mas também de toda a sociedade civil (SILVA e MIDDLEJ, 2011).

Por outro lado, José Carlos Costa Oliveira, ex-diretor do Instituto de Promoção Cultural, pontua que a inserção da cultura na Constituição não garante seu destaque no governo. Ele salienta que o decisivo para as políticas culturais são a visão dos gestores e dirigentes e em como eles vão desenvolver os instrumentos de políticas públicas para fazer a cultura se tornar efetivamente um direito da sociedade civil (SILVA e MIDDLEJ, 2011).

Para Andrade (2015), a ação do Estado acontece de forma complexa, alternando entre momentos de liberdade e proteção aos criadores e momentos que os aprisiona aos interesses políticos, sociais e de grupos de influência poderosos. Segundo o autor:

Formuladores de política cultural e criadores precisam levar na devida conta que todo incentivo estatal é feito sem que o governante possa julgar-se dono da criação incentivada. Pois aqui está uma questão também colocada pela modernidade: a defesa da autonomia da criação artística e da pesquisa perante o mercado e perante o Estado, principal apoiador. É fundamental o preceito de que o Estado ao incentivar a produção cultural, deve abster-se de induzir e de julgar rumos dessa produção, tarefa que cabe à sociedade. (ANDRADE, 2015, p. 30).

Assim, antes de buscar quais são as reivindicações e demandas dos criadores culturais é preciso assumir a necessidade da existência de uma cultura nacional, como exercício de liberdade de expressão, como exercício de criatividade nacional e como atividade econômica específica. Reconhecendo, com isso, que uma política cultural deve ser traçada não exatamente para os artistas, mas para o país e para o conjunto do povo.

Para Andrade (2015), uma política cultural só será completa quando for compreendido que:

[...]A política cultural exige sua própria burocracia, seus organismos de gestão e ação, assim como suas verbas, suas leis, seus editais, seus critérios de incentivo e controle. [...] Cabe ao Estado funcionar como fator de mediação e regulação, construindo consensos entre os diversos setores [...], de modo a que se incorporem inteligente e equilibradamente todos os elementos associados ao povo, mercado, memória, diversidade, qualidade e sustentabilidade. Uma boa política cultural deve ser boa para os criadores, para a população, para o país e sempre que possível para o mundo (ANDRADE, 2015, p.31).

Portanto, é preciso considerar a questão política e cultural do país, o desenvolvimento de potencialidades criativas de um povo, a ocupação de

mercados, a geração de empregos, o confronto internacional entre culturas, a defesa da diversidade de expressões culturais, entre outros aspectos sociais, econômicos e políticos (FERREIRA, 2017).

Constata-se então que a formulação de políticas públicas de cultura envolve diversos aspectos como contextos sociais, econômicos e políticos. Além disso, uma política cultural só poderá ser consistente e democrática se governantes e políticos compreenderem que o desenvolvimento cultural é importante para o país e seu povo. Nesse cenário o turismo cultural pode ser um meio de lazer, mas também de educação, aspectos essenciais para qualquer sociedade.

2.4 TURISMO CULTURAL: UM DIÁLOGO ENTRE TURISMO E CULTURA

Turismo e cultura têm uma relação intrínseca ao se considerar que todos os fluxos turísticos, com maior ou menor intensidade, realizam consumos culturais e, dependendo do caso, a oferta cultural local adquire uma dimensão principal ou complementar. Quando a cultura é a dimensão principal do destino turístico, essa segmentação é denominada Turismo Cultural (BENI, 2006).

O Turismo Cultural busca levar pessoas externas à comunidade anfitriã motivadas total ou parcialmente por interesse nas “ofertas históricas, artísticas, científicas ou de estilo de vida/patrimônio de uma comunidade, região, grupo ou instituição” (SILVA, p. 12, 2000).

O Conselho Internacional de Museus e Sítios (ICOMOS) define o turismo cultural como:

Turismo Cultural pode ser definido como a atividade que habilita as pessoas à experienciar os diferentes jeitos da vida de outros indivíduos, ganhando em primeira-mão o entendimento de seus costumes, tradições, ideias intelectuais, exemplos de arquitetura, história, arqueologia ou outros significados culturais que permanecem desde o passado. (ICOMOS, 1976).

O termo “turismo cultural” começou a ser utilizado efetivamente após a Carta de Turismo Cultural, publicado em Bruxelas em 1976 pelo próprio Conselho Internacional de Museus e Sítios (ICOMOS). O objetivo principal deste Comitê (criado em 1965) e da Carta de Turismo Cultural é salvaguardar e garantir a

preservação de sítios e monumentos dos efeitos nocivos causados pela atividade turística massiva (ICOMOS, 1976).

Posteriormente, a “Carta Internacional de Turismo Cultural: gestão do turismo nos sítios com significado patrimonial”, publicada no México em 1999, também pelo ICOMOS veio para atualizar as diretrizes e obrigações da preservação considerando o processo de globalização. Neste momento, o turismo já era considerado como uma atividade essencial para a economia internacional, mas seus impactos eram também cada vez mais visíveis. (ICOMOS, 1999).

Neste documento foi estabelecido que a gestão do turismo cultural deve ter como objetivos:

Facilitar e encorajar as pessoas envolvidas na conservação e na gestão do patrimônio à torná-lo acessível à comunidade residente e aos visitantes; facilitar e estimular a indústria do turismo a promover e a gerir o turismo sob formas que respeitem e que valorizem o patrimônio e as culturas vivas das comunidades residentes; facilitar e incentivar o diálogo entre os interesses da conservação e a indústria do turismo sobre a importância e a natureza frágil dos sítios patrimoniais, das coleções e das culturas vivas, incluindo a necessidade de se lhes conseguir um futuro sustentável; encorajar a formulação de planos e de políticas para o desenvolvimento de objetivos pormenorizados e mensuráveis, e de estratégias relacionadas com a apresentação e a interpretação dos sítios patrimônio e das atividades culturais, no contexto da sua preservação e conservação (ICOMOS, 1999, p. 3).

Em âmbito nacional, o Ministério do Turismo publicou em 2010 a 3ª edição do livro “Turismo Cultural: Orientações Básicas”. O documento reforça que a principal função do turismo cultural é a valorização e promoção dos bens materiais e imateriais da cultura, assim como a promoção e a manutenção de seus símbolos, da memória e da identidade. Nessas responsabilidades incluem-se difundir o conhecimento autêntico sobre esses bens e aportar os meios necessário para a harmonia entre comunidade, patrimônio e turismo (BRASIL, 2010).

Assim, se a cultura e o turismo são áreas de políticas públicas, então também é o turismo cultural. Nesse sentido, é importante ressaltar que turismo cultural é, principalmente, uma forma de atividade turística e não de gestão cultural (SMITH, 2009). Isso reforça a importância do planejamento e elaboração das políticas públicas de turismo para que incluam também a gestão cultural em sua premissa.

A Lei Geral de Turismo, promulgada em 2008, considera este envolvimento entre turismo e cultura na formatação de produto, e a consequente responsabilidade da atividade turística em garantir a gestão sustentável. Os artigos VII e IX inclui como objetivos da Política, do Plano e do Sistema Nacional de Turismo:

[...]VII - criar e implantar empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural, de animação turística, entretenimento e lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas nas localidades;[...] IX - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística (BRASIL, 2008)

O principal produto turístico em questão de turismo cultural são os patrimônios materiais ou imateriais. Segundo a sua acepção clássica, o conceito de patrimônio refere-se ao legado que é herdado do passado e transmitido às gerações futuras. No entanto, o patrimônio parte essencialmente de uma escolha consciente do que é a cultura a ser preservada para o futuro, decisão essa tomada pelo grupo ao qual essa história pertence (SILVA, 2000).

Neste sentido, o elemento determinante que define o conceito de patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade. É por meio dessa identidade que determinado grupo se reconhece coletivamente como igual, se identificando entre si e se diferenciando dos demais (SILVA, 2000). Meneses (2007, p.32) completa ainda que o elemento mais essencial ao turismo cultural pode ser considerado a comunidade local, devendo o turismo “incorporar e dignificar a existência do grupo construtor da história que se quer conhecer”.

Meneses (2007, p.32) completa ainda que o elemento mais essencial ao turismo cultural pode ser considerado a comunidade local. Ele defende a necessidade da atividade “incorporar e dignificar a existência do grupo construtor da história que se quer conhecer”.

O cotidiano local é elemento de curiosidade e problematização, pois ele completa o contexto que se observa e permite criar parâmetros de comparação entre o passado e a atualidade. Essa concepção não deve manter-se apenas durante o planejamento, mas também está estrategicamente inserida no processo de interpretação patrimonial e cultural no produto em questão (BALLART, 1997).

Meneses (2007) argumenta que formular estratégias de interpretação e de sensibilização permite que o turista se conecte com autenticidade ao local que

visita, autenticidade essa que é tão importante para o desenvolvimento do turismo cultural.

Caso essa identificação com o espaço se perca, há um prejuízo também na noção de pertencimento com o patrimônio e com a história que ele carrega. Esses casos ocorrem com frequência em destinos e locais que passam por massificação do produto, acarretando a expulsão dos moradores para áreas periféricas, distantes do fluxo turístico e de sua identidade histórica (MENESES, 2007).

Quando a principal fonte de autenticidade se perde, a comunidade anfitriã, o conteúdo a ser repassado nesses produtos culturais fica sujeito à indução de percepção histórica. O ponto de vista a ser apresentado aos turistas pode tornar-se qualquer um que não o original e história é contada apenas para fins de comercialização (BALLART, 1997).

Além da utilização de patrimônios materiais, o turismo tem também como forma atrair consumo cultural a realização de eventos. Além dos eventos arrecadarem muitas divisas para o destino, eles permitem também a expansão, o reconhecimento e a valorização dessa identidade com um público que, talvez, nunca poderia ter acesso à esta cultura em outra ocasião (BALLART, 1997).

Como produto destes eventos está, principalmente, o patrimônio imaterial. Este patrimônio engloba o intangível, encontrado na gastronomia tradicional, no artesanato local, na utilização de decoração e ambientação dos equipamentos, nas programações de entretenimento com manifestações culturais autênticas (BALLART, 1997). Os bens culturais de natureza imaterial incluem ainda as práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares, como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas (BRASIL, 1988).

A preocupação com os patrimônios imateriais está presente desde a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216 (BRASIL, 1988) até a UNESCO que promoveu a “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial” em 2003 (UNESCO, 2003). Em âmbito nacional, o Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que gerencia a responsabilidade de desenvolver projetos, estudos e fiscalizações sobre os patrimônios imateriais e materiais.

Apesar da institucionalização da preocupação com o patrimônio cultural na Constituição e em um órgão federal, um fator crítico no desenvolvimento do turismo cultural é a falta de planos diretores de ocupação urbana, de obras de infraestrutura que possibilitem a preservação dos conjuntos arquitetônicos, de prevenção de acidentes e análises de capacidade carga (MENESES, 2007).

Observa-se que a “Carta de Turismo Cultural”, publicada em 1976, já apresentava argumentos sobre os perigos de uma abordagem não planejado de acordo com a capacidade suportável de demandas de visitantes em sítios patrimoniais. Esse documento aconselhava que os núcleos históricos fossem observados no seu conjunto, incluindo seus arredores, as edificações e seus entornos e, particularmente, as atividades humanas desenvolvidas no local (ICOMOS, 1976).

Considerando todas essas informações, apesar da aparente proximidade em turismo e cultura, ainda existe uma grande separação entre ambos quando se trata das políticas públicas. Ao contrário de ser incentivado o trabalho em conjunto para produzir produtos verdadeiramente notáveis, esse isolamento histórico resulta em um turismo cultural pouco desenvolvido e deficiente. Como consequência tem-se a perda de oportunidades para proporcionar experiências de qualidade aos visitantes, ao mesmo tempo em que existem falhas na gestão desses recursos raros e frágeis de maneira social, ambiental e eticamente responsável e sustentável (MCKERCHER e DU CROS, 2012).

Por isso, o Ministério do Turismo cita a importância em desenvolver a ideia de sustentabilidade na gestão de produtos de turismo cultural, afirmando que:

A sustentabilidade só pode ocorrer quando a prática de negociar um conjunto de valores para outros casos e, em vez disso, o interesse do

gerenciamento do patrimônio cultural e turístico para o alcance de metas comuns. O desafio do setor de turismo cultural é encontrar um equilíbrio entre o consumo de valores extrínsecos pelos turistas e a conservação dos valores intrínsecos pelos gestores de patrimônio cultural (BRASIL, 2010).

Como ações para alcançar a sustentabilidade nas políticas públicas de turismo cultural, Beni (2006) sugere algumas alternativas. São elas: interação das entidades culturais com as organizações de gestão de desenvolvimento turístico; determinação da capacidade de carga; acordos de tombamento, restauro, ressignificação e reutilização; estratégias de interpretação patrimonial; fiscalização; capacitação; sensibilização estabelecimento de padrões de qualidade (BENI, 2006, p.112).

Essas informações foram apresentadas para justificar a importância em compreender como as políticas de turismo e cultura são planejadas e elaboradas, que ações são propostas, como elas dialogam, se influenciam e causam impactos na sociedade e no ambiente. Para tanto, no próximo capítulo serão expostos os procedimentos metodológicos que apresentarão como as informações sobre a interação dessas políticas serão coletadas e analisadas, de forma a proporcionar mais conhecimento acerca do tema.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O desenvolvimento desta pesquisa é composto pela etapa de coleta de dados, que é a primeira fase de levantamento das informações, e pela análise e interpretação desses dados, correlacionando-os com a teoria encontrada no marco teórico. A seguir, essas duas etapas serão expostas tendo em vista que os procedimentos metodológicos foram definidos considerando os objetivos da pesquisa e os resultados que se busca alcançar.

A pesquisa desenvolvida é de caráter exploratório, já que tem como principal objetivo proporcionar maior familiaridade com o tema da interação entre as políticas públicas de cultura e turismo. As pesquisas exploratórias são investigações com o objetivo de formular questões ou problemas (LAKATOS, 2010). A presente pesquisa é caracterizada também como qualitativa, pois ela utiliza variáveis e informações detalhadas, descritivas e que não se atém à quantidade dos dados, mas sim à validade das informações sobre o universo que está sendo estudado. Portanto, considerando as análises exploratória e qualitativa, o objetivo dos tipos de pesquisa escolhidos é compreender a dinâmica do fenômeno a partir da coleta de múltiplos dados que devem apresentar causa e diversidade de conteúdo e de perspectivas para que seja possível avaliar todos os contextos envolvidos (GODOY, 1995).

O método escolhido para realizar a coleta de dados deste estudo foi a pesquisa bibliográfica, presente no Marco Teórico, e a pesquisa documental. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental busca seus dados em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico. Dessa forma, é uma fonte primária, ou seja, quando se tem acesso às informações diretamente na fonte original (GODOY, 1995).

Esta maneira de abordagem documental significa que a coleta de dados foi restrita à documentos escritos como pesquisas, arquivos públicos e arquivos particulares. Esses documentos podem ser encontrados em arquivos de órgãos públicos, instituições como associações científicas, sindicatos, partidos políticos, até mesmo em igrejas (GIL, 1991).

Gil (1991) pontua que as três principais vantagens da pesquisa documental são: a fonte rica e estável de dados que são os documentos, principalmente por

resistirem longos períodos; o baixo custo e a não exigência de contato com os sujeitos da pesquisa, considerando que dependendo do contexto o acesso e contato podem ser difíceis.

A pesquisa documental também apresenta pontos negativos. O principal deles pode ser considerado a não-representatividade e subjetividade dos documentos. Por outro lado, os pesquisadores têm possibilidade de contornar essa dificuldade consultando um maior número de fonte com mais credibilidade que permitam não necessariamente construir respostas definitivas, mas hipóteses, problemas e sugestões para o desenvolvimento do estudo (GIL, 1991).

Para a presente pesquisa foi delimitado como amostragem de políticas públicas culturais a análise do Plano Nacional de Cultura 2010-2020, o Plano Estadual de Cultura do Paraná 2017-2027 e o Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025. Como amostragem de políticas públicas de turismo foram escolhidos os seguintes documentos: Plano Nacional de Turismo 2018-2022, Plano Estadual de Turismo 2016-2026 e o Plano Municipal de Turismo 2015-2017. Esses planos foram escolhidos considerando a importância desses instrumentos para a formação de política públicas nacionais, de forma que suas diretrizes

Esses documentos foram escolhidos por serem os de publicação mais recente e por corresponderem à realidade dos locais que se busca analisar. Compreendendo-se ainda a importância que os planos têm como instrumento para formação de políticas públicas nacionais, analisar suas diretrizes permite verificar a relação entre os dois setores e o planejamento de suas metas em conjunto.

A coleta de dados se baseou na busca de termos específicos em todos os documentos. Nos planos de cultura, os termos serão “turismo” e “turístico (a)”, enquanto nos planos de turismo as palavras serão “cultural”, “cultura” e “culturais”. Foi contabilizada a quantidade de citações para que seja possível fazer uma análise quantitativa sobre a frequência em que os termos são citados, e uma análise qualitativa dos contextos em que essas palavras estão inseridas. O objetivo é compreender de que forma e com que frequência os setores se citam na elaboração de suas políticas.

Foi realizada também uma coleta de dados nos referidos planos com um conjunto de variáveis que, ao longo do desenvolvimento do marco teórico, se mostraram de grande relevância para que o turismo cultural seja desenvolvido de

forma sustentável. São elas: empresas, patrimônio, eventos, marketing, capacitação e infraestrutura. Essa coleta permitirá fazer uma análise quantitativa de quantas dessas iniciativas já estão presentes nas políticas públicas propostas pelos planos. Na fase da análise dos dados foi abordado em que contexto o turismo ou a cultura estão inseridos e sobre quais essas estratégias estão sendo propostas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo desta análise é compreender como os planos nacionais, estaduais e municipais de cultura e turismo citam e planejam as políticas em conjunto desses dois setores. Todos esses documentos foram encontrados online no portal oficial de cada instituição, em formato de documentos de Metas ou Leis, e correspondem ao período mais do desenvolvimento desse estudo.

A análise dos resultados foi dividida em três etapas. A primeira, a Apresentação dos Dados Coletados demonstra de forma quantitativa e resumida as informações encontradas nas análises dos planos nacionais, estaduais e municipais de cultura e turismo. Já a Interpretação e Discussão dos Resultados analisa cada uma dessas informações utilizando os conhecimentos adquiridos no Marco Teórico e outros dados encontrados durante a análise. Este capítulo é subdividido entre planos de cultura e planos de turismo, e em cada um desses dois subcapítulos existem outras três divisões que correspondem aos planos nacionais, estaduais e municipais do setor em questão.

A última etapa, Análise Geral dos Dados, traz uma síntese sobre as informações coletadas. O objetivo dessa fase é compreender como os planos contemplam ou não os requisitos necessários ao turismo cultural da forma mais sustentável possível.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

O que se busca neste estudo é compreender como os planos federais, estaduais e municipais de turismo e cultura elaboram suas políticas públicas de interação. Para tanto será analisado como os documentos se citam, relacionam e planejam suas iniciativas em conjunto. Para tanto as variáveis “cultura”, “culturais” e “cultural” foram buscadas nos planos de turismo, enquanto no planos de cultura seriam as variáveis “turismo”, “turístico (a)” e “turista”. As variáveis foram desconsideradas quando eram citadas em títulos, subtítulos, gráficos, quadros, tabelas, legendas, notas de rodapé, referências e nomenclaturas de instituições, contabilizando apenas as citações em forma de conteúdo descritivo.

Como citado nos Procedimentos Metodológicos, a etapa de coleta e análise de dados acontecem em conjunto. Isso porque para contabilizar quantas vezes a variável é citada, é preciso compreender em qual contexto o termo está inserido e confirmar se ele tem o mesmo significado do que se está buscando. Como exemplo, a palavra “cultura” pode estar associada também à cultura organizacional/empresarial que significa um conjunto de hábitos e comportamento de uma instituição específica o que não corresponde ao significado que está sendo utilizado nesta análise, encarando a cultura como um conjunto de traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam um país, estado ou município.

Para a coleta de dados foram consideradas as quantidades de páginas dos documentos, a quantidade de citações das variáveis em questão e os contextos em que elas estão inseridas. Dividindo a quantidade de páginas sobre a quantidade de citações foi possível medir a frequência de citação do termo. Por exemplo, se o resultado da média foi igual a 3, significa que a cada 3 páginas o termo é citado 1 vez. Conclui-se, então, que quanto mais próximo a média estiver de 1 significa que o termo aparece com mais frequência no documento, e quanto mais próxima a média estiver de 10, significa que o termo é menos frequente.

A consideração de quantidade de páginas e citações foi estabelecida para permitir uma primeira comparação quantitativa do quanto a variável é considerada, discutida e planejada no documento analisado. O Quadro 01 e o Quadro 02 apresentam uma síntese das informações coletadas, onde na linha superior se encontram as variáveis buscadas nos documentos, na coluna esquerda os planos avaliados com essas variáveis, e nas colunas seguintes as informações de quantidade de páginas, quantidade de citações e média de citações.

QUADRO 02: VARIÁVEIS NOS PLANOS DE TURISMO

VARIÁVEIS “CULTURA”, “CULTURAL” E “CULTURAIIS”			
Plano	Quantidade páginas	Quantidade de citações	Frequência de citações
Plano Nacional de Turismo 2018-2022	162	42	3,86
Plano Estadual de Turismo 2016-2026	119	51	2,33
Plano Municipal de Turismo 2015-2017	39	38	1,02

FONTE: AUTORA (2018)

Para a análise dos planos de turismo foram consideradas as variáveis “cultura”, “cultural” e “culturais”, citadas 42 vezes no Plano Nacional, 51 vezes no Plano Estadual e 38 vezes no Plano Municipal. Conforme o cálculo de frequência de citações e a relação de que quanto mais próxima a média estiver de 1 com mais frequência a variável é encontrada no documento, constatou-se que o Plano Municipal é o que mais cita os termos relacionados à cultura, enquanto o Plano Nacional é o que mais se distancia das discussões sobre aspectos culturais.

QUADRO 03: VARIÁVEIS NOS PLANOS DE CULTURA

VARIÁVEIS “TURÍSTICO (A)”, “TURISTA” e “TURISMO”			
Plano	Quantidade de páginas	Quantidade de citações	Frequência de citações
Plano Nacional de Cultura 2010-2020	213	32	6,65
Plano Estadual Cultura 2017-2027	6	3	2
Plano Municipal de Cultura 2015-2025	43	23	1,86

FONTE: AUTORA (2018)

Para a análise do planos de cultura foram consideradas as variáveis “turístico (a)”, “turista” e “turismo, citadas, 32 vezes no Plano Nacional, 3 vezes no Plano Estadual e 23 vezes no Plano Municipal. Comparando a frequência de citações, constatou-se que o Plano Municipal de Cultura é o que mais cita os termos relacionados à atividade turística, enquanto o Plano Nacional de Cultura é o que menos considera o turismo em suas políticas.

De forma geral, os planos de cultura citam o turismo de forma mais dispersa em comparação com os planos de turismo que citam com mais frequência as variáveis e cultura. Contudo, compreende-se que para uma pesquisa qualitativa a quantidade das informações não pode guiar o estudo, e por este motivo foram analisados também os contextos em que as variáveis foram encontradas. Esses contextos foram explorados de forma detalhada na etapa de interpretação dos resultados.

4.2.1 Plano Nacional de Turismo 2018-2022

Publicado no início de 2018 na página oficial do Ministério do Turismo, o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 busca estabelecer estratégias e diretrizes que sigam as propostas para a atividade turística definidas na Política Nacional de Turismo. O Ministério do Turismo afirma que o objetivo principal desse documento é ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo (BRASIL, 2015).

Segundo, o Mtur, o PNT foi elaborado de forma coletiva envolvendo múltiplas instituições. Ele contou com o apoio das áreas técnicas do Ministério do Turismo, Embratur e agentes públicos e privados, por meio da Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, constituída dentro do Conselho Nacional de Turismo (BRASIL, 2015)

A primeira citação relevante que envolve a cultura encontra-se em uma das pesquisas, neste caso o The Travel & Tourism Competitiveness Report (TTCR) feito pelo Fórum Econômico Mundial em 2017. Segundo este relatório, o Brasil aparece em 8º lugar mundial em diversidade cultural. Isso demonstra que os recursos culturais têm grande potencialidade turística, perdendo apenas para os recursos naturais que posiciona o Brasil em 1º lugar mundial de diversidade.

A melhoria da infraestrutura dos patrimônios materiais é um exemplo desses esforços em conjunto que turismo e cultura desempenham frequentemente, ação que pode se tornar mais eficiente caso existam parcerias entre instituições dos dois setores. O Plano apresenta a informação que o Ministério do Turismo e o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional

(IPHAN), têm projeto integrados de implantação, reforma, adequação ou restauração da infraestrutura turística e de interpretação patrimonial nos sítios históricos e patrimoniais.

Conectado à este assunto está a sustentabilidade da utilização de recursos culturais imateriais. Percebe-se que para discussões mais profundas sobre a proteção da cultura de comunidades tradicionais, por exemplo, o Plano Nacional de Cultura cita com frequência o Programa de Regionalização do Turismo, documento que tem como objetivo principal o apoio à estruturação dos destinos, à gestão e à promoção do turismo no país de forma a integrar todas as unidades da federação.

A sustentabilidade é contextualizada como uma maneira de garantir a preservação não apenas dos recursos naturais e dos processos ecológicos, mas também da cultura e da integridade das comunidades visitadas, fortalecendo a identidade local. Nessas citações, são envolvidos também temas de geração de postos de trabalho para a população e a organização da atividade turística com a participação da sociedade. O PNT desenvolve também sobre interpretação e educação patrimonial, defendendo a importância em qualificar e capacitar os profissionais e todos os envolvidos com o turismo cultural, inclusive a comunidade autóctone.

As últimas iniciativas culturais citadas pelo Plano Nacional de Turismo 2018-2022 estão relacionadas à eventos e marketing. O primeiro é apresentado como uma das principais motivações de viagens para os destinos brasileiros, permitindo o combate à sazonalidade e a valorização do patrimônio cultural e imaterial do destino. De fato os eventos podem ser considerados uma forma breve, sucinta e ainda assim impactante de apresentar alguns aspectos da cultura local.

Por fim, o marketing é então uma forma de fazer todas as iniciativas citadas anteriormente conseguirem gerar renda. Diante disso, o PNT estabeleceu como uma de suas estratégias a realização de parcerias para divulgação da cultura brasileira, integrando-se com outras pastas e entidades governamentais, como a Embratur, o Ministério da Cultura, o Ministério das Relações Exteriores e o IPHAN, as esferas estaduais e municipais. O PNT destaca ainda parcerias para maximizar a divulgação da cultura brasileira como elemento de grande relevância enquanto diferencial competitivo do Brasil.

Por fim, ao longo do Plano Nacional de Turismo os termos relacionados à cultura são citados majoritariamente em contextos econômicos, estabelecendo o Brasil como um importante destino de turismo cultural, enquanto as iniciativas apresentadas tem o objetivo de potencializar esses atrativos culturais de forma a aumentar o fluxo turístico internacional e doméstico. As propostas e a Lei nº 11.771 da Política Nacional de Turismo apresentadas no PNT 2018-2022, mesmo que voltadas para iniciativas em escala nacional, também influenciam as diretrizes dos planos estaduais e municipais.

4.2.2 Plano Estadual de Turismo do Paraná 2016-2026

A elaboração do Plano Estadual de Turismo do Paraná contou com o envolvimento de profissionais do setor público, iniciativa privada e comunidade local, a partir de consultas públicas, oficinas e grupos focais. Aconteceram também análises dos planos anteriores, de forma a compreender os pontos positivos e os negativos das estratégias de elaboração utilizadas anteriormente. Todo este processo é descrito na introdução, classificando cada etapa, os envolvidos e o período em que elas aconteceram.

Este plano teve a participação do Conselho Paranaense de Turismo, órgão de assessoramento que trabalha em conjunto com o Governo Estadual e instituições que representam os setores turísticos. Ele tem como principais objetivos auxiliar na formulação, acompanhamento e na avaliação dos planos, programas, projetos e atividades derivados da Política Estadual de Turismo (PARANÁ, 2016). Além disso, esse documento segue a Política de Turismo do Paraná (Lei nº 15.973/2008), que tem como prioridade orientar o desenvolvimento sustentável do turismo no estado.

Considerando as citações do termo “cultura”, ele está presente já nos eixos estratégicos de atuação. A valorização cultural está no mesmo patamar de importância e prioridade que a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico e social e a qualidade de vida.

Relacionado à importância em ter continuidade nos projetos independente dos mandatos políticos, o Plano faz uma importante relação entre os enfoque presentes (o que o Paraná já tem feito e as políticas que estão em curso) e os desafios (os projetos em que o Paraná precisa avançar), incluindo nesse contexto

a qualificação profissional, a melhoria de infraestrutura geral e específica para cada setor e a preocupação com aspectos culturais.

Assim como o Plano Nacional de Turismo, o Plano Estadual de Turismo cita com frequência o Programa de Regionalização do Turismo, e a sua versão estadual, a Marca Paraná que busca estabelecer uma imagem, identidade e posicionamento junto ao mercado consumidor. Esta marca abrange as 14 Regiões Turísticas do Paraná, que foram desenvolvidas com construção participativa entre Estado, Conselho Paranaense de Turismo, SEBRAE e empresas de design.

No documento, a regionalização é considerada uma forma de valorização da cultura regional que merece esforços das políticas públicas para garantir a elaboração e aplicação de ações e projetos. Neste sentido, é apresentada a união entre Governo Federal (por meio do Programa de Regionalização do Turismo) e Governo Estadual (Marca Paraná) para possibilitar que as esferas federais consigam aplicar a valorização da identidade cultural em todo o território nacional.

O documento dedica um capítulo inteiro para discorrer sobre aspectos culturais ambientais e culturais neste contexto da regionalização, considerando que a cultura é essencial para o turismo por atrair diversos nichos, ser grande geradora de empregos e promotora do patrimônio histórico. São citados centros históricos, igrejas, conjuntos arquitetônicos, mas também lendas, gastronomia e danças. Aliado à isso, está uma pesquisa feita pelo SEBRAE em 2015 que posiciona o Turismo Cultural como segunda lugar em atratividade no estado do Paraná.

Por fim, constatou-se uma ênfase na importância da infraestrutura para a utilização do patrimônio pelo turismo. Tendo em vista que o turista procura por integração cultural, aprendizado e experiências autênticas. O plano estabelece como desafio da atividade turística o desenvolvimento de roteiros de interpretação e sensibilização patrimonial, assim como uma gestão e posicionamento que permitam o desenvolvimento de um turismo cultural inovador e criativo.

A principal iniciativa do plano é promover na atividade turística o desenvolvimento de roteiros de interpretação e sensibilização patrimonial, assim como o desenvolvimento de um turismo cultural inovador e criativo. Contudo, o documento compreende que cada município contém suas particularidades e dificuldades de gestão, e que as políticas públicas devem ser pensadas também com as instituições municipais.

4.2.3 Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015-2017

O último plano de turismo elaborado no município de Curitiba teve o período de validade entre 2015-2017. O seu objetivo principal foi estabelecer diretrizes para a condução da atividade turística na cidade, de forma compartilhada, respeitando a competência de cada órgão e entidade para a qualificação como destino turístico de eventos e negócios e incremento ao turismo de lazer.

A cultura é citada em poucos momentos, no primeiro deles como uma área de grandes potencialidades em Curitiba, em função do centro histórico e da integração que existe entre os atrativos naturais e culturais por meio da Linha Turismo. Esta integração é considerada pelo documento um dos pontos mais fortes da cidade, que permitem uma visita contemplativa mesclando espaços culturais, estruturas de interatividade, serviços de alimentação e natureza.

Os patrimônios materiais são citados com frequência, principalmente quando relacionados a pesquisas de diversidade de edifícios e à instituições e ações de proteção de monumentos históricos. Como exemplo, a delimitação do setor histórico é categorizada como uma Unidade de Interesse de Preservação (UIPs), mas existem também outros instrumentos que incentivam a criação de atrativos, como a implantação de novos projetos urbanísticos na área central.

Por outro lado, o Plano afirma que esses atrativos são pouco utilizados como produto turístico. De acordo com o documento há também pouco aproveitamento do caráter étnico-cultural presente na cidade, da história de planejamento urbano e das personalidades da área cultural, mesmo que essas sejam as principais potencialidades turísticas da cidade. Nesse sentido, a realização de eventos possibilitados pela Lei de Incentivo à Cultura são uma oportunidade de atrair público e combater a sazonalidade.

O documento conta ainda com uma análise das linhas de produtos e roteiros turísticos da cidade, incluindo o turismo cultural. Esses produtos e roteiros são: “Cidade dos Parques”, “Cidade Inovadora” e “Cidade dos Eventos Culturais”. Dessas três linhas, a “Cidade Inovadora” é a que mais contempla a cultura e se estrutura pela existência de edificações, praças, parques e ruas com importância histórico-cultural, protegidas por mecanismos institucionais de preservação do

patrimônio cultura. A linha “Cidade de Eventos Culturais” conta também com grande potencialidade de desenvolvimento devido aos recursos conformados por eventos culturais, como o Festival do Teatro e a Oficina de Música, e outros que ainda estão em fase de consolidação.

Nas últimas páginas do documento são nomeadas “Ações” que efetivamente são propostas políticas públicas para a atividade turística municipal. Nesse contexto, a cultura aparece como potencialidade e suas ações são guiadas em geral para a formatação de roteiros com gestão participativa, requalificação dos espaços e reestruturação da infraestrutura dos patrimônios materiais, qualificação dos profissionais que trabalharão com atendimento e mediação de museus e monumentos e projetos de incentivo à produção de artesanato (fonte de renda para os produtores locais).

4.2.4 Plano Nacional de Cultura 2010-2020

O Plano Nacional de Cultura 2010-2020 baseia-se na lei Lei nº 12.343/2010 cuja finalidade é instituir o Plano Nacional de Cultura - PNC, criar o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dar outras providências. O documento conta com pesquisas, dados e estratégias que deem respaldo para as ações estabelecidas pela Lei, e contou com a participação da sociedade e dos gestores públicos. Segundo o Ministério da Cultura, o Plano Nacional tem como objetivos:

[...]o fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura; a proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico e o estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais (BRASIL, 2010).

O Plano Nacional de Cultural 2010-2020 apresenta já nas primeiras páginas a importância em fortalecer a relação entre a cultura e áreas como a educação, a comunicação social, o meio ambiente, o turismo, a ciência e tecnologia e o esporte. A relação entre economia e cultura e até que ponto a comercialização de recursos culturais é sustentável também é um tema explorado com frequência ao longo do documento.

Sobre isso, os elaboradores do plano entendem que a cultura tem potencial para gerar dividendos, produzir lucro, emprego, renda e, principalmente, estimular a economia criativa e as produções culturais de todas as formas e expressões. E justamente por esses aspectos é que o setor cultural deve estar presente no desenvolvimento econômico do país, sobretudo pelo Turismo Cultural, que se torna presente para valorizar, por exemplo, as cadeias produtivas de artesanato e as expressões culturais da regionalização.

Aliada a estas considerações está a meta de “aumento de 15% do impacto dos aspectos culturais na média nacional de competitividade dos destinos turísticos brasileiros”, que busca posicionar o turismo cultural como parte essencial da atividade no Brasil. Dentro desta meta estão citadas propostas discorrem sobre a valorização de culturas locais, que se relacionam com as estratégias de regionalização propostas pelo Ministério do Turismo.

Os dados do Mtur também estão presentes ao longo do Plano Nacional de Cultura, com informações que sustentam a relação essencial entre turismo, cultura e economia. Um desses dados é de Índice de Competitividade para avaliar os 65 principais destinos turísticos do Brasil. Essa avaliação atribui uma nota a 13 dimensões, entre as quais a infraestrutura geral, o marketing e os aspectos culturais. A dimensão dos aspectos culturais abrange a produção cultural do destino associada ao turismo, a preservação do patrimônio histórico e cultural e a estrutura.

Para concretizar essa meta, as ações propostas pelo PNC estão relacionadas à infraestrutura dos patrimônios e a produção cultural local associada ao turismo. É definido também que é necessário a união e organização entre os principais destinos turísticos para definirem uma política cultural que considerem mais os aspectos intrínsecos ao setor do que a economia turística. O Plano sugere ainda que a capacitação de gestores, aumento de grupos artísticos e de circulação de atividades culturais em geral e espetáculos são também algumas das alternativas que podem alavancar o turismo cultural no destino.

Um documento citado é o Termo de Cooperação Técnica nº 7/2007 firmado entre os ministérios da Cultura e do Turismo, que dá melhores notas aos destinos que conseguirem criar “uma política municipal de cultura; estruturar órgão da administração pública para gestão cultural; criar leis de incentivo à cultura; e instituir fundo municipal de cultura”. Este documento não foi encontrado para a

consulta em nenhuma plataforma online do Ministério da Cultura ou Ministério do Turismo.

O papel e a participação das esferas governamentais na elaboração de políticas públicas de cultura também estão expressos como uma das preocupações do setor no Brasil. O cenário apresentado é que a maioria das cidades brasileiras não contam com a existência de secretarias de cultura e que mesmo que existam, muitas vezes essa gestão é compartilhada com os setores de Turismo, Esporte ou Educação, setores que claramente precisam de políticas e propostas diferentes na sociedade. Essa condição dificulta a comunicação entre os governos federal, estadual e municipal, e dificulta a continuidade e elaboração de políticas que unem turismo e cultura de forma sustentável, considerando as dificuldades e diferenças entre os dois setores.

A sustentabilidade está presente na maior parte das citações ao turismo cultural, defendendo a necessidade de promover uma atividade sustentável que alie estratégias de preservação patrimonial com geração de divisas econômicas e fomento à cultura local. O plano ressalta que o turismo cultural tem que ser, impreterivelmente, benéfico para os dois setores, e por este motivo a gestão necessita ser compartilhada e discutida amplamente.

É apresentada também a preocupação com a comunidade local, desde a elaboração de propostas que fomentem e fortaleçam os empreendimentos das comunidades, até a criação de projetos de capacitação sobre arte, arquitetura, patrimônio histórico, patrimônio imaterial, antropologia e diversidade cultural para os profissionais que atuam no turismo e para a comunidade. O principal interesse é qualificar todos os envolvidos na atividade turística para que o processo tenha um nível de qualidade e conhecimento sobre os recursos culturais com que estão lidando.

Neste sentido, são citadas iniciativas que busquem inserir os produtores culturais, os criadores e artistas nas estratégias de qualificação e promoção do turismo. O objetivo, segundo o PNC é assegurar a valorização cultural dos locais e ambientes turísticos.

Finalmente, o Ministério da Cultura discorre sobre a etapa do monitoramento, a última fase de aplicação de um Plano Estratégico. Sobre esta fase, o MINC informa que a análise da execução das metas é publicada frequentemente na plataforma virtual (pnc.culturadigital.br), que conta também

com uma biblioteca onde constam os Planos Setoriais da cultura e os Planos de Cultura dos estados e municípios da federação (BRASIL, 2010).

4.2.5 Plano Estadual de Cultura do Paraná 2017-2027

O último Plano Estadual de Cultura publicado no estado do Paraná foi elaborado no formato da Lei nº 19.135 de 28 de setembro de 2017, tem validade de dez anos e tem como principal objetivo:

Assegurar o estabelecimento de um sistema de gestão pública participativa, acompanhamento e avaliação das políticas culturais, valorização, proteção e promoção do patrimônio e da diversidade cultural, acesso à produção e fruição da cultura em todos os municípios paranaenses, além da inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico (PARANÁ, 2017)

O documento foi elaborado por um grupo composto por membros do Conselho Estadual da Cultura e técnicos da Secretaria Estadual de Esporte e Cultura, que utilizaram as diretrizes estabelecidas pelo Plano Nacional de cultura. A elaboração do documento contou ainda com a consultoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), conveniada com o Ministério da Cultura (MINC), para dar orientação às cidades e aos estados interessados na formulação de seus planos de cultura.

São poucas as citações diretas ao turismo, como por exemplo a meta de desenvolver metodologias de mensuração dos impactos do turismo na cultura, no contexto dos municípios brasileiros e das capitais, a mesma meta encontrada no Plano Nacional de Cultura 2010-2020. Outra proposta citada é promover o turismo cultural visando o reconhecimento, valorização e a profissionalização da atividade turística cultural como forma de gerar sustentabilidade. A proposta de fomentar a inclusão de pelo menos dois atrativos culturais dos 399 municípios nos roteiros turísticos é a consideração mais específica feita em relação a atividade turística e que foi encontrada em todo o documento.

Outras ideias abordadas tangem exclusivamente à cultura e estão relacionadas à assuntos de universalização do acesso a cultura, melhora na infraestrutura de espaços culturais, difusão e conhecimento para a comunidade local, preservação de patrimônios e expressões culturais em geral e sustentabilidade. A proposta mais citada para o meio da cultura é a realização de

editais, projetos e processos, com o intuito de fornecer a apoio financeiro, fiscal e incentivos em geral para os produtores culturais e para as comunidades que precisarem de reestruturação em seus espaços de cultura tradicional.

Algumas metas apresentam relação com as de outros planos de cultura e turismo, como a preservação da diversidade que pode ser associada à regionalização e a capacitação e sensibilização do público para o consumo da arte e de todas as expressões culturais. Nota-se que o plano segue as recomendações de projetos estabelecidos pelo Ministério da Cultura, trazendo muitas de suas metas como parte também do Plano Estadual.

As iniciativas são apresentadas de forma generalizada e sucintas, desenvolvendo de forma rasa a relação entre os setores turísticos culturais. Essas ideias, apesar de essenciais para a construção de um cenário cultural e turístico sustentáveis, pouco informam sobre como serão aplicados à realidade e com quais recursos envolvidos.

4.2.6 Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025

Diferente das outras instâncias governamentais observadas, a Prefeitura Municipal de Cultura de Curitiba desenvolveu Planos Setoriais de Cultura a partir de debates e consultas públicas abrangendo temas para 19 setores, entre eles dança, música, teatro, circo, literatura, audiovisual, artes visuais, cultura afro, cultura indígena, étnicas, cultura alimentar, cultura sustentável, artesanato, moda, design, cultura viva, arquitetura e urbanismo. A partir desses documentos setoriais, foram elaborados também planos regionais, constituído por propostas específicas das comunidades artísticas dos bairros de Curitiba. Todos esses documentos estão disponíveis para a consulta pública no site oficial da Fundação Cultural de Curitiba.

O documento escolhido para ser analisado é o Plano Municipal de Cultura de Curitiba envolvendo todos os setores citados, sem propostas específicas para nenhum deles, mas sim para a área cultural como um todo. Com validade decenal, o plano foi o último requisito a ser cumprido pelo município para ser plenamente integrado ao Sistema Nacional de Cultura, que exige das cidades participantes a existência de uma secretaria, um fundo e um plano para a cultura.

Elaborado e aprovado em 2015 na 5ª Conferência Municipal de Curitiba, o PMCC é constituído em formato de Lei, seguindo as principais diretrizes do Plano Nacional e Estadual de Cultura. O documento é dividido em duas partes. A primeira conta com a apresentação na íntegra do Plano Municipal de Cultura. A segunda, denominada “diretrizes, estratégias e ações” discorre sobre os objetivos propostos no Plano e propõe formas de alcançar o que foi estabelecido.

As disposições preliminares do documento já contam com propostas de articulação entre turismo cultura e outros setores como as políticas públicas de pesquisa, de educação, ação social, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, cultura alimentar, planejamento urbano, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações institucionais, entre outros. Esse artigo encontra-se também no Plano Estadual de Cultura, demonstrando uma possível transferência de política pública entre as esferas governamentais.

A fase do documento que mais discorre sobre o turismo é a “Estratégias e Ações”. Ela cita, por exemplo a importância em promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica. O foco é a valorização dos espaços locais, os patrimônios materiais e imateriais e o incentivo à de cultura sustentável.

As propostas perpassam também a inserção de mais atrativos culturais nos produtos turísticos, de forma a valorizar a diversidade, o comércio justo e o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Ainda nesta etapa de “Estratégias e Ações”, há uma subdivisão que propõe “Incentivar modelos de desenvolvimento sustentável que reduzam a desigualdade regional sem prejuízo da diversidade, por meio da exploração comercial de bens, serviços e conteúdos culturais”. Essa subdivisão coloca o turismo cultural como fator essencial para a preservação da cultura e geração de dívidas para o município.

Neste sentido, o documento propõe muitas ações específicas para o segmento, como “instituir programas integrados de mapeamento do potencial turístico cultural sustentável bem como de promoção, divulgação e marketing de produtos, contextos urbanos, destinos e roteiros turísticos culturais”, de forma a combater processo de gentrificação. As outras propostas envolvem também outros assuntos, como a união de empresários e órgãos públicos de turismo

cultural de forma a elaborar nos espaços culturais atividades específicas para a demanda turistas.

É citado também a participação da comunidade e dos produtores locais na atividade turística do município, de forma a valorizar os artistas da região e incluí-los na elaboração de estratégias de promoção do destino. O documento considera essa ação essencial para garantir a autenticidade do turismo cultural, pois coloca quem produz e quem vive a cultura como protagonista da atividade, valorizando o produtor cultural e dando espaço para a comunidade compartilhar o quanto quiser e da forma que quiser a cultura que lhes pertence.

As capacitações para a cultura são temas citados com frequência longo desta fase do documento. Ela é voltada para a sensibilização específica do turista, para comunicar ao visitante valores, respeito e cuidados pelos espaços, ou para os profissionais do turismo que trabalham área da cultura, de forma a dividir conhecimento de arte, cultura design e patrimônios.

No primeiro caso, sensibilizar o turista é principalmente uma forma de gestão sustentável de patrimônios. Todos os visitantes, inclusive os que não fazem parte da comunidade são conscientizados sobre preservação e respeito à cultura e facilitam o monitoramento e o cuidado com a infraestrutura dos locais. O segundo caso demonstra a preocupação em repassar os recursos culturais para os turistas com autenticidade, e permitir que os profissionais de turismo também se conectem com a cultura não apenas da forma profissional, mas principalmente como indivíduos que também fazem parte da identidade local.

Um ponto diferencial não citado em nenhum outro plano analisado é o projeto de fazer da infraestrutura e do mobiliário urbano também peças da cultura, com *design* e arquitetura reconhecidos nacional e internacionalmente. Essa proposta considera que a modernização do espaço também é parte do viver da comunidade, sendo assim, parte da cultura e da atividade turística, podendo se tornar um produto de interesse para os dois setores

Interessante observar que o documento também dispõe de propostas específicas para os bairros de Curitiba preservando a identidade de cada um desses lugares, incluindo seus museus, memórias, praças e parques. Essas ações tratam a cultura como parte de um conjunto entre comportamento e espaço, seja ele natural ou histórico e, a nível municipal, com diretrizes semelhantes com

o programa de regionalização da cultura a partir de diretrizes de preservação e valorização das diversidades das expressões culturais.

4.3 Análise geral dos dados

Compreende-se que a análises quantitativas e qualitativas feitas em conjunto foram necessárias para estabelecer parâmetros de comparação entre os planos. As tabelas a seguir fazem um resumo dos principais temas encontrados nos documentos analisados:

QUADRO 07: SÍNTESE DOS TEMAS MAIS CITADOS NOS PLANOS DE CULTURA À PARTIR DA BUSCA DA VARIÁVEL “TURISMO”

PLANO NACIONAL DE CULTURA 2010-2020	PLANO ESTADUAL DE CULTURA DO PARANÁ 2017-2027	PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE CURITIBA 2015-2025
<ul style="list-style-type: none"> -Relação entre cultura e outros setores; -Turismo cultural como gerador de renda; -Dados do MTUR; -Infraestrutura; Participação da comunidade local e capacitação; 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias de mensuração do impacto do turismo cultural no destino; -Inclusão de pelo menos dois atrativos culturais nos roteiros turísticos; 	<ul style="list-style-type: none"> -Articulação entre cultura e outros setores; -Programas de mapeamento de potencial turístico cultural; -União empresários e setor público; Participação da comunidade; Capacitações para a cultura;

FONTE: AUTORA (2018)

Os planos de cultura contêm estratégias em geral voltadas para ideias de diversidade e inclusão cultural, políticas voltadas para o desenvolvimento de uma gestão cultural para os moradores e não necessariamente para o turismo. Mesmo assim, existiram citações importantes sobre o turismo citando o turismo cultural como uma importante fonte de renda inclusive, utilização dos dados do Ministério do Turismo, a inclusão de atrativos culturais nos roteiros turísticos municipais.

Outro ponto semelhante é a constante citação à estratégias de mensuração de impacto do turismo cultural no destino, e como isso vem afetando positivamente ou negativamente os patrimônios e a expressões culturais do local.

QUADRO 08: SÍNTESE DOS TEMAS MAIS CITADOS NOS PLANOS DE TURISMO Á PARTIR DA BUSCA DA VARIÁVEL “CULTURA”

PLANO NACIONAL DE TURISMO 2018-2022	PLANO ESTADUAL DE TURISMO DO PARANÁ 2016-2026	PLANO MUNICIPAL DE TURISMO DE CURITIBA 2015-2017
<ul style="list-style-type: none"> -Diversidade cultural; -Infraestrutura (IPHAN); -Regionalização do turismo; -Sustentabilidade e preservação de recursos culturais; -Marketing (Embratur); 	<ul style="list-style-type: none"> -Preservação patrimonial; -Continuidade de projetos; <ul style="list-style-type: none"> - Marca Paraná; -Infraestrutura e Sensibilização; 	<ul style="list-style-type: none"> -Centro histórico; -Situação atual dos recursos culturais (pouca utilização) -Linhas de produtos culturais

FONTE: AUTORA (2018)

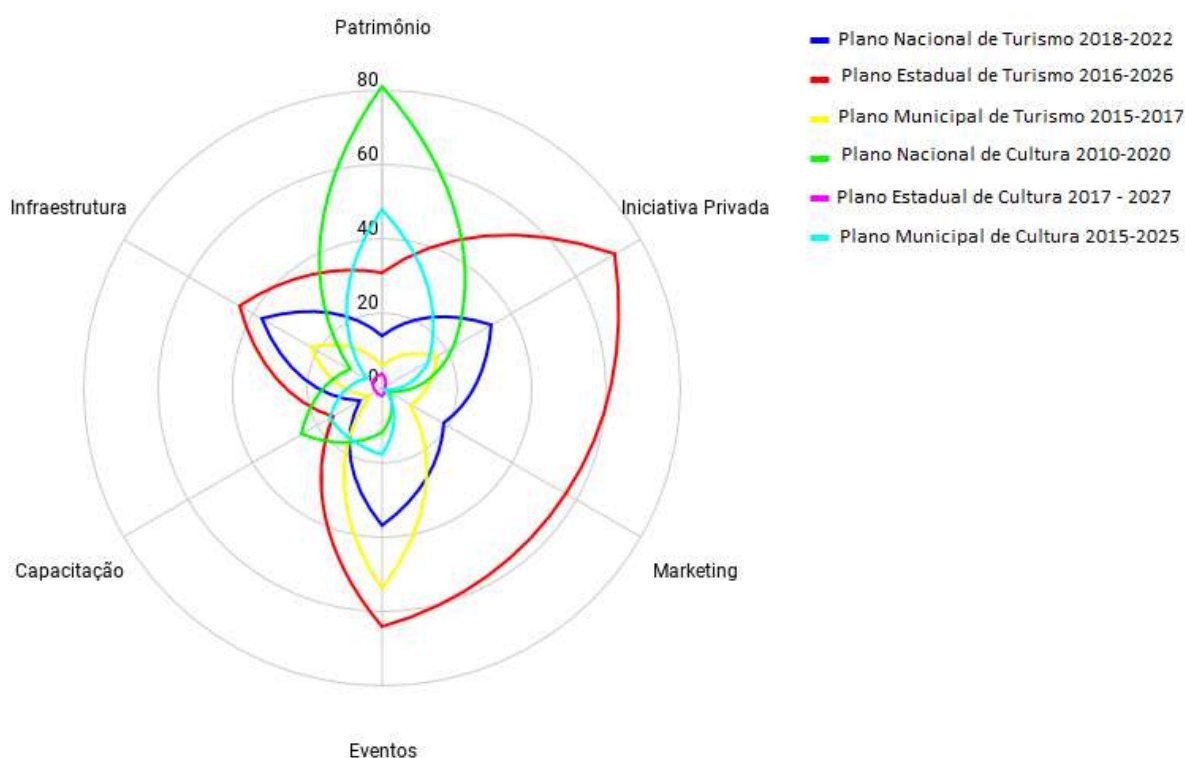
Nesse sentido, relacionando a primeira coleta de dados, a média entre quantidade de termos e número de páginas, com o contexto dos termos encontrados em cada plano demonstrou que ter citado mais vezes o turismo ou a cultura não significa ter elaborado propostas ou diretrizes para eles. Isso porque os temas são sempre abordados de forma generalizadas ou sempre repetindo os mesmos temas já citados em outras diretrizes e pouco desenvolvendo sobre políticas de implantação dessas estratégias.

No caso do Plano Municipal de Turismo de Curitiba que tem o menor intervalo de páginas entre as citações sobre a cultura, a análise dos contextos demonstrou uma abordagem superficial sobre a gestão cultural. Maior parte do documento busca contextualizar como o turismo cultural vem sendo tratado no município e pouco se discorre sobre ações e estratégias para implementação das políticas.

Para quantificar o quanto os Planos consideram e planejam o Turismo Cultural, foram estabelecidas mais seis variáveis: Patrimônio, Iniciativa Privada, Marketing, Eventos, Capacitação e Infraestrutura. Esses termos foram definidos nos Procedimentos Metodológicos baseando-se nos conhecimentos adquiridos na elaboração do Marco Teórico e considerando os itens necessários para que um Plano inclua em seu planejamento a atividade do Turismo Cultural. Esses termos foram buscados apenas de forma quantitativa para que visualmente seja possível analisar quais são as prioridades estratégicas de cada documento.

O gráfico 01 apresenta essas informações em formato de rede. Cada uma das seis linhas que cortam o gráfico correspondem a uma variável, enquanto os círculos correspondem às quantidades 0, 20, 40, 60 e 80 respectivamente de dentro para fora. Ao longo do gráfico forma-se um desenho que compara a quantidade de citações de cada variável dentro de um mesmo plano, e compara também os planos entre si. No lado direito encontra-se uma legenda identificando qual plano e cor se correspondem.

GRÁFICO 01: ANÁLISE DAS VARIÁVEIS COMPLEMENTARES



FONTE: AUTORA (2018)

O gráfico em rede tem muitas possibilidades comparativas. A primeira delas que permite comparar as prioridades de temas dentro de um mesmo plano. Como exemplo, o Plano Estadual de Turismo, em vermelho, cita com mais frequência os termos Iniciativa Privada, Marketing e Eventos, em detrimento dos temas Patrimônio, Infraestrutura e Capacitação. Outra possibilidade de comparação existe entre planos diferentes, como o Plano Nacional de Cultura, em verde, que tem foco em Patrimônio, Capacitação e Infraestrutura.

As possibilidades de análises também se estendem até o formato dos desenhos. Os planos de turismo sejam eles nacionais, estaduais ou municipais constituem formatos semelhantes puxando sempre para as mesmas variáveis: Marketing, Eventos e Iniciativa Privada. O mesmo se observa com os planos de cultura, que sempre convergem para Capacitação, Eventos e Patrimônio.

Interessante observar que os planos de cultura desenvolvem no gráfico um formato de pinhão, semente tão importante para a natureza e para o estado do Paraná. Para uma pesquisa originária do Paraná, como essa, o pinhão, manifestado no Gráfico 1, e a partir dos temas mais abordados pelos planos de cultura, é a melhor representação da riqueza que uma semente pode gerar ao integrar cultura e turismo.

5. PROJETO DE TURISMO

O presente capítulo busca integrar todos os conhecimentos adquiridos desde o início do estudo, incluindo marco teórico, pesquisa e resultados. O projeto de turismo é uma proposta de desenvolver sustentavelmente a atividade turística na realidade escolhida. Voltado para os conselheiros do setor de cultura e do turismo, a proposta é um curso de capacitação expositivo e interativo que seja um espaço para o compartilhamento de estratégias para o Turismo Cultural local. Neste capítulo, o projeto será detalhado com informações de valores, pessoas envolvidas, tempo de desenvolvimento e metas para aplicação da proposta.

5.1 DESCRIÇÃO DO PROJETO

O projeto a ser desenvolvido será uma capacitação de um dia e meio em formato de palestra, e que terá como objetivo discutir a importância em incluir de forma sustentável a atividade turística nos planos municipais. O público alvo são os profissionais dos conselhos municipais de cultura e turismo, em geral as instituições que formulam, aprovam e executam os planos municipais.

O espaço precisa ser uma sala com capacidade média de vinte e cinco pessoas, possivelmente a ser disponibilizada pelas instituições escolhidas, considerando que esse espaço deve ser público e sem custos já que se trata de oficinas de aprendizado para os funcionários das instituições públicas municipais mencionadas. O espaço escolhido, no entanto, deve ser obrigatoriamente de fácil acesso à linhas de ônibus e deve conter estacionamento.

Essa média de vinte e cinco participantes foi estabelecida utilizando como exemplo a quantidade de membros do Conselho Municipal de Cultura de Curitiba, que conta com cinquenta titulares e suplentes da sociedade civil organizada, representantes da comunidade artística e cultural, do Poder Executivo e da Câmara Municipal. Soma-se à esta quantidade o quadro de funcionários da Fundação Cultural, que conta com quatro diretorias técnicas (Ação Cultural, Patrimônio Cultural, Incentivo à Cultura e Administrativo e Financeiro). Definiu-se, então, que vinte e cinco pessoas é uma quantidade que abarca a maior parte dos profissionais

das instituições e que facilita o gerenciamento de perguntas e debate com a ministrante.

A capacitação será dividida em sete etapas ao longo de dois dias. O primeiro dia terá uma duração média de cinco horas e o segundo com duração média de quatro horas. O conteúdo, elaborado pela ministrante, busca apresentar temas sobre políticas públicas, impactos da atividade turística e métodos para formulação de planos municipais de cultura inserindo o turismo cultural de forma sustentável.

O custo médio será de R\$ 850,50, considerando a contratação da ministrante, o valor da impressão de materiais gráficos e de recursos necessários para o *coffee break*. Esta remuneração deverá partir das instituições participantes.

Justifica-se a importância desse projeto com a consideração de que atividade turística pode dinamizar o intercâmbio e difusão da cultura promovendo, fortalecendo e valorizando os artistas e a cultura local. Esse potencial é mencionado no Capítulo II, art 3º da Lei que institui o instrumento do Plano Municipal de Cultura na Legislação Municipal de Curitiba (CURITIBA, 2015). Desta forma, a atividade turística poderia ser uma norteadora de como trabalhar com a iniciativa privada para a realização de eventos, como estimular a visita à espaços patrimoniais para públicos locais e não-locais e de como gerar renda para o município de forma sustentável.

Cita-se como exemplo o Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025 que tem como uma de suas diretrizes a importância em capacitar os profissionais do turismo em conteúdo de cultura, mas não compreende a necessidade do inverso. Outra justificativa é que os Conselho Municipais de Cultura com frequência não contam com a participação de um profissional do turismo em sua composição. Percebe-se então, a ausência de conhecimentos sobre a atividade turística, fator que vem ocasionando o pouco aproveitamento das potencialidades do turismo cultural nos municípios.

5.2 ETAPAS PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

O objetivo é formular um projeto flexível que possa ser adaptado conforme o *feedback* dos participantes e às necessidades do turismo cultural municipal, e ser utilizado como forma de aprendizado para as equipes técnicas que participarão da criação dos próximos plano municipais. As etapas se dividem entre antes, durante e depois da capacitação, onde cada fase tem uma função

específica de planejamento, teste e adaptações contando com a participação de voluntários e dos profissionais da cultura.

5.2.1 Descrição das Etapas para a Execução do Projeto

A execução do projeto tem três momentos. O primeiro é o planejamento anterior à capacitação, com o convite ou desenvolvimento de parcerias com as instituições interessadas. Essas parcerias se iniciarão a partir de reuniões da ministrante em conjunto com os responsáveis dessas instituições. O intuito desses encontros é analisar as possibilidades de apoio financeiro, os locais disponíveis para a realização do projeto e a escolha dos participantes. A principal função desta etapa é apresentar a proposta da capacitação, fazendo um levantamento dos conhecimentos que serão oferecidos e quais são os possíveis retornos positivos para o município e para o conhecimento dos funcionários envolvidos.

A segunda etapa é a realização da capacitação. O público se manterá com a quantidade máxima de 25 participantes que sejam conselheiros do município. Todos esses convidados precisam ter envolvimento direto com a elaboração de planos setoriais de cultura e turismo ou com o desenvolvimento de políticas públicas para os setores.

A capacitação será dividida em sete temas, na respectiva sequência:

1. Formulação das Políticas Públicas;
2. O turismo e seus efeitos nos destinos;
3. O papel do setor público no turismo;
4. O Turismo Cultural e suas potencialidades;
5. O turismo nos Planos de Cultura: casos de sucesso;
6. Exercício I: Mapeando nossos recursos culturais importante para o turismo;
7. Exercício II: Colocando o Turismo no nosso Plano de Cultura.

O primeiro tema tem o objetivo de introduzir os processos de políticas públicas para os participantes, o segundo e o terceiro exploram assuntos sobre a atividade turística, conteúdo essencial considerando que os profissionais são do setor da cultura. O quarto e quinto temas partem para o foco da capacitação, o Turismo Cultural, suas definições e estratégias de aplicação em planos de cultura.

Os dois últimos temas serão uma atividade prática baseada na metodologia ZOPP (*Zielorientierte Projektplanung* / Planejamento de Projeto Orientado para Objetivos), frequentemente utilizado para o planejamento participativo em diversas áreas. Comandado por um mediador, este método busca atender à necessidade de identificar os problemas por meio da escuta e participação das pessoas envolvidas, revertendo as dificuldades encontradas em objetivos e soluções.

Os cinco primeiros temas serão reservados para o primeiro dia, cada um com uma média de uma hora de apresentação. Com início às 9h e seguindo até o 12h serão apresentados os temas “Formulação das políticas públicas”, “Turismo e seus efeitos no destino” e “O papel do setor público no turismo”. Do 12h à 13:30h os participantes serão liberados para o horário de almoço, devendo retornar logo em seguida. Da 13:30h às 15:30h serão apresentados os dois últimos conteúdos do dia, “Turismo Cultural e suas potencialidades” e “O Turismo Cultural nos planos de cultura: casos de sucesso”. Até às 16:30h será o período disponível para dúvidas e debates caso seja de interesse dos participantes.

O segundo dia será dedicado às atividades práticas. Iniciando às 10h e seguindo até o 12h será realizado o “Exercício I: mapeando nossos recursos culturais importantes para o turismo”, que dividirá os vinte e cinco participantes em cinco grupos com cinco pessoas cada um. Todos os grupos terão à sua disposição uma lista com todos os espaços culturais e eventos que fazem parte da agenda e do espaço do município. Os participantes deverão escolher os recursos culturais mais importantes para a cidade e que, potencialmente, podem também ser recursos para o turismo cultural, considerando aspectos de infraestrutura do local e importância para a cultura local. Todas essas escolhas posteriormente deverão ser justificadas, não necessariamente de forma escrita. Os recursos escolhidos serão escritos em *post-its* e colados em uma cartolina que estará disponível para cada grupo.

Após todos os grupos terem finalizado suas escolhas, todas as cartolinas serão expostas e os recursos culturais organizados reunindo todos que foram citados mais de uma vez. Os espaços e eventos mais escolhidos serão definidos como os recursos culturais importantes para o turismo e farão parte do exercício II. Os momentos finais dessa etapa serão exclusivos para os participantes justificarem suas escolhas por meio de debate e exporem suas dúvidas e

comentários. Após essas duas horas de atividade, os participantes serão liberados para o almoço, devendo retornar à 13:30h.

Ao retornarem se iniciará o “Exercício II: Colocando o Turismo Cultural no nosso plano de cultura”. O objetivo é aproveitar todos os conteúdos compartilhados no dia anterior, somá-los aos recursos culturais mais citados no exercício I e desenvolver diretrizes se baseando nos planos culturais apresentados como casos de sucesso e no plano municipal de cultura vigente, caso o município tenha um. Essa atividade será desenvolvida em conjunto com os vinte e cinco participantes e a ministrante, selecionando cada recurso individualmente e elaborando diretrizes conforme os modelos encontrados nos planos apresentados. O segundo dia será finalizado com espaço para comentário, dúvidas, sugestões e *feedbacks* em geral às 16h.

O objetivo é que, com o conteúdo do primeiro dia os participantes possam compreender os processos envolvidos na formulação das políticas pública e a importância que os planos têm como instrumento para elaboração de estratégias e ações positivas para o município. Além disso, busca-se demonstrar aos profissionais da cultura como o turismo cultural pode ser um agente de melhoria, incentivo e reconhecimento para os recursos culturais do local e que a parceria dos setores pode ser benéfica, sustentável e duradoura.

O Apêndice 01 traz os conteúdos que serão apresentados e a atividade a ser desenvolvida no segundo dia da capacitação. Ressalta-se que os conteúdos permanecerão os mesmos em todos os municípios e serão apresentados na mesma sequência, contudo cada capacitação terá suas particularidades. Isso porque a ministrante é também uma mediadora que tem a função de incentivar debates, guiar discussões e questionamentos, situações que dependem diretamente da participação dos convidados com perguntas e comentários.

A última etapa do projeto é posterior a capacitação e é caracterizada como um *feedback* da didática da aplicação do conteúdo, da organização do local e materiais e de que forma os conhecimentos podem influenciar o desenvolvimento de políticas públicas de turismo cultural para a cidade. O intuito desta etapa é fazer deste um projeto flexível que sempre se adapte à realidade do município em questão, considerando que cada espaço tem suas particularidades e necessidades. Para isto, a ministrante deixará o contato pessoal disponível para que os *feedbacks* também possam ser dados após o dia da capacitação por via

eletrônica e agendará uma reunião com os responsáveis das instituições participantes um mês posterior a capacitação, para que as sugestões também sejam dadas presencialmente.

O Quadro 04 apresenta o cronograma geral da aplicação do projeto. A divisão das datas foi feita por quinzenas, demonstradas na parte superior do quadro, enquanto as respectivas etapas foram descritas na coluna esquerda da imagem. A data da Realização da Capacitação foi marcada em rosa para diferenciar os períodos anteriores e posteriores a ela.

QUADRO 04: CRONOGRAMA GERAL DE APLICAÇÃO DO PROJETO

ETAPA	PERÍODO				
	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5
ANTERIOR A CAPACITAÇÃO					
Convite/Desenvolvimento das parcerias Definição da data da capacitação Definição do local da capacitação	X				
Definição dos participantes Distribuição dos 25 convites		X			
Contabilização das inscrições Definição do orçamento para coffee break e materias gráficos			X		
Realização da capacitação				X	
POSTERIOR À CAPACITAÇÃO					
Análise dos Feedbacks escritos Análise dos feedbacks enviados por e-mails				X	X
Reuniões para análise do projeto					X

FONTE: AUTORA (2018)

Já o Quadro 05 apresenta o cronograma de aplicação da capacitação no dia definido, considerando que a escolha dos participantes e do local já foi feita nas etapas anteriores:

QUADRO 05: CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DA CAPACITAÇÃO

DIA 1	
HORÁRIO	CRONOGRAMA
08:30 - 09:00	Chegada dos participantes Distribuição de crachás de identificação Entrega de blocos e canetas
09:00 - 09:15	Apresentação da ministrante Apresentação da capacitação dos objetivos e do cronograma
09:15 - 10:15	Conteúdo: Formulação das políticas públicas
10:15 - 11:15	Conteúdo: Turismo e seus efeitos nos destinos
11:15 - 12:00	Conteúdo: O papel do setor público no Turismo
12:00 - 13:15	Pausa para almoço
13:30 - 14:30	Conteúdo: Turismo Culturas e suas potencialidades
14:30 - 15:30	Conteúdo: O turismo nos planos de cultura - casos de sucesso
15:30 - 16:30	Dúvidas e comentários Encerramento/Recolhimento de crachás e canetas
DIA 2	
HORÁRIO	CRONOGRAMA
09:30 - 10:00	Chegada dos participantes Distribuição de crachás de identificação Entrega de blocos e canetas
10:00 - 12:00	Exercício I: Mapeando nossos recursos culturais
12:00 - 13:15	Pausa para almoço
13:30 - 15:30	Exercício II: Colocando o Turismo no nosso plano de cultura
15:30 - 16:00	Dúvidas, comentários e debates Encerramento/Recolhimento de crachás e canetas

FONTE: AUTORA (2018)

5.2.2 Descrição dos Recursos Humanos envolvidos em cada etapa

O único recurso humano a ser contabilizado neste orçamento é a ministrante, no entanto compreende-se que será necessário o envolvimento de pessoas para a divulgação da capacitação, organização do espaço e realização das inscrições, funções que devem ser organizadas e remuneradas pela instituição. A ministrante será a responsável pela organização dos materiais, apresentação do conteúdo, recebimento das inscrições antes da capacitação e distribuição dos crachás de identificação no dia da atividade. As instituições participantes serão solicitadas à disponibilizar um ajudante voluntário para organização do espaço.

5.2.3 Descrição do orçamento e dos desembolsos por etapa

Os desembolsos fixos apresentam-se apenas na etapa de realização da capacitação. A ministrante cobrará pela consultoria R\$55,00 a hora, considerando este como um valor médio para consultores iniciantes segundo a Instrução Normativa INS 14 para Instrutoria e Consultoria (SEBRAE, 2017). Considerando, no primeiro dia, o período das 8:30h ao 12h e da 13:30 às 16:30, calcula-se R\$357,50 pela primeira parte da capacitação. Soma-se R\$275,00 do período do segundo dia, das 09:30 ao 12h e da 13:30 às 16:00, totalizando R\$ 632,50 pelo período completo da consultoria, excluindo os horários de almoço.

Para o material gráfico contabilizam-se 27 blocos de nota simples com 50 folhas, cada um custando em média R\$2,00 e totalizando R\$ 54,00 em blocos; 7 folhas de cartolina A1 branca, com cada uma custando em média R\$ 0,50, totalizando R\$ 3,50. Soma-se ainda um bloco de post-its que com 400 folhas de 76mm X 76mm e seis cores diferentes custam em média R\$22,00 e uma caixa com 50 unidades de caneta esferográfica azul que tem valor médio R\$ 36,00. Para materiais gráficos totaliza-se, então, um investimento de R\$ 115,50 para atender a todos os participantes.

Os participantes terão também à sua disposição uma garrafa de café e pães de queijo durante toda a capacitação. Foi definido a quantidade de 75 pães de queijo pela manhã, 75 pães de queijo pela tarde, totalizando 150 unidades por dia e 300 unidades para os dois de capacitação. O valor de 150 unidades de pão de queijo custa em média R\$ 45,00. Soma-se a esse valor 1kg de café que custa em média R\$10,00. Totaliza-se então R\$102,00 para o lanche nos dois dias de capacitação.

A Quadro 06 reúne um orçamento médio dos recursos humanos que aqui são caracterizadas como despesas fixas, já que o investimento na consultoria não se altera. A imagem apresenta também informações sobre os recursos materiais, esses definidos como despesas variáveis, pois os fornecedores dos produtos podem variar os valores dependendo do local de compra dos materiais e alimentos necessários. Na última linha do quadro, está contabilizado o valor total para um dia de capacitação considerando todos os investimentos citados.

QUADRO 06: ORÇAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS

ORÇAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		
Categoria	Valor por dia	Valor total por categoria
Ministrante	Dia 1= R\$ 357,50 Dia 2 = R\$ 275,00	R\$632,50
ORÇAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS		
Categoria	Itens inclusos	Valor total por categoria
Material gráfico	Bloco de notas = R\$ 54,00 Cartolinas A1 = R\$3,50 Post-it = R\$ 22,00 Canetas = R\$ 36,00	R\$115,50
Alimentação	Pão de queijo = R\$90,00 Café = R\$12,00	R\$102,00
Total de investimento R\$ 850,00		

FONTE: AUTORA (2018)

5.2.4 Avaliação do retorno do investimento

A capacitação inicial não apresenta um grande custo, considerando ainda que muitos dos recursos materiais podem ser fornecidos pelas próprias instituições. Neste sentido, o retorno de investimento é o compartilhamento de conhecimento e estratégias que possam influenciar positivamente a formulação dos Planos Municipais de Cultura para que esses documentos contenham políticas e técnicas de inclusão do turismo cultural de forma sustentável no destino.

O retorno de investimentos encontra-se indiretamente em estratégias que facilitem a parceria público-privada para restauração de patrimônios e infraestrutura, no desenvolvimento de iniciativas de marketing que atraiam mais fluxo turístico para o destino, no apoio intersetorial entre turismo e cultura para capacitação de seus profissionais e na captação de eventos culturais para o município.

É possível analisar os *feedbacks* dados pelos participantes e os comentários e sugestões debatidos nas reuniões posteriores à capacitação para buscar compreender se os investimentos resultaram em um verdadeiro compartilhamento de conhecimento, se os conteúdos são utilizados no cotidiano

das instituições, na formulação de novas políticas públicas e no aproveitamento das diretrizes já vigentes. Outra possibilidade também é analisar se o turismo cultural foi inserido de forma sustentável e bem planejado nos planos de cultura aprovados pelos municípios em períodos após a capacitação.

Compreende-se, contudo, que ainda que a capacitação tenha sido útil e o turismo cultural tenha sido inserido nos planos de cultura, existem outras variáveis neste processo que podem barrar a implementação das políticas públicas, como interesses políticos, falta de orçamento público, mudanças de mandatos, falta de interesse da iniciativa privada em fazer parcerias com o setor público, entre outras situações.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo exploratório teve o objetivo de analisar a interação entre as Políticas Públicas de Turismo e Cultura nas esferas nacional, estadual e municipal, usando como referência para a área de cultura as metas propostas no Plano Nacional de Cultura 2010-2020, o Plano Estadual de Cultural do Paraná 2017-2027 e o Plano Municipal de Cultura de Curitiba 2015-2025. Para a área de Turismo serão utilizados o Plano Nacional de Turismo 2018-2022, o Plano Paraná Turístico 2016-2026 e o Plano Municipal de Turismo de Curitiba 2015-2017.

A maior dificuldade entre os dois setores é definir metas em comum. As estratégias para o turismo nacional têm direcionamentos econômicos e voltados para a geração de renda, enquanto as políticas nacionais de cultura reforçam objetivos de preservação e autenticidade. Neste sentido, as variáveis abordadas no marco teórico foram essenciais para guiar as análises pois elas permitiram encontrar aspectos do turismo cultural que unem os dois setores.

Os recursos humanos se mostraram como um ponto essencial para a comunicação entre turismo e cultura, reforçando a necessidade em capacitar tanto o turista quanto o profissional. Sensibilizar o turista é principalmente uma forma de gestão sustentável de patrimônios, porque todos os visitantes, inclusive os que não fazem parte da comunidade são conscientizados sobre preservação e respeito à cultura e facilitam o monitoramento e o cuidado com a infraestrutura dos locais. Já a capacitação do profissional demonstra a preocupação em repassar os recursos culturais para os turistas com autenticidade, e permitir que os profissionais de turismo também se conectem com a cultura não apenas da forma profissional, mas principalmente como indivíduos que também fazem parte da identidade local.

Contudo, em relação à elaboração dos documentos, a generalização é um fator encontrado com frequência ao longo das análises. Em muitos momentos as iniciativas de interpretação e revitalização são utilizadas para falar em conjunto dos recursos naturais e culturais, contextos com grandes diferenças. Mesmo que patrimônio natural e cultural necessitem de atenção do setor público sempre citar os dois contextos unidos demonstra uma generalização que pode afetar futuras ações e planejamentos. Em outros momentos, nos planos analisados, as estratégias não foram especificadas e propunham metas como “atrair

investimentos para economia criativa”, “valorização da cultura local”, “preservação de patrimônios”, “geração de renda” entre outros exemplos que são pouco desenvolvidos e que não apresentam nenhuma aplicação real.

Neste sentido, o projeto desenvolvido teve a proposta de capacitar os profissionais envolvidos com a formulação dos planos municipais de cultura. O objetivo é possibilitar a criação de diretrizes que incluam o turismo cultural como atividade essencial para a gestão cultural local, elaborando estratégias para o incentivo à eventos, preservação de patrimônios e valorização da cultura local.

Como limitação do estudo aponta-se a dificuldade em encontrar base teórica que apontem estratégias para unir a cultura e turismo com propostas para as políticas públicas. Analisá-los em diferentes escalas federais também é uma limitação já que cada espaço tem sua particularidade e necessidade. Mesmo assim, ainda há muito a se explorar sobre o tema, principalmente quando considera-se que no Brasil cultura e turismo são atividades que se cruzam constantemente no cotidiano das cidades e a sustentabilidade desta relação é algo a ser sempre revisto e replanejado.

7. REFERÊNCIAS

- ANDERSON, J.E. **Public Policymaking**. Boston: Wadsworth, 2011.
- ANDRADE, J. B. Política Cultural. In: GIOVANNI, G. NOGUEIRA, M. A. **Dicionário de Políticas Públicas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1065 p. 2015
- BENI, M. C. **Política e Planejamento do Turismo no Brasil**. São Paulo: Editora Aleph, 2006. 200p.
- BALLART, J. **El Patrimonio Histórico y Arqueológico: Valor y Uso**. Barcelona: Editora Ariel, 1997, 173p.
- BODLEY, J. H. **An Anthropological Perspective in Cultural Anthropology: Tribes, States and the Global System**, 1994. Disponível em: <<https://antropologies.wordpress.com/2013/10/13/definiciones-de-cultural/>> Acesso em: 11/04/2018
- BRANT, L. **Políticas Culturais**. São Paulo: Manole, 2003. 82 p.
- BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 set. 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2018
- BRASIL. (Ministério do Turismo). **Turismo Cultural: Orientações Básicas**. 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 10 maio 2018.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura (PNC)**. 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/plano-nacional-de-cultura-pnc->>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/2015-03-09-13-54-27.html>>. Acesso em: 09 de Agosto de 2018
- COHN, G. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In: MICELLI, S. **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Editora Difel, 1984, p. 97-111.
- COLES, T., HALL, C.M.; DUVAL, D. Tourism and post disciplinary enquiry. **Current Issues in Tourism Journal**, 2008. p. 293–319.
- CORIOLOANO, L. N. M. T.. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Pasos: Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 1, n. 2, p.161-171, 2003. Disponível em:

<www.pasosonline.org/Publicados/1203/PASOS02.pdf#page=45>. Acesso em: 16 maio 2018.

CURITIBA. Fundação Cultural de Curitiba. **Planos municipal e setoriais de Curitiba**. 2015. Disponível em: <<http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/institucional/planos-municipal-e-setoriais-de-cultura/>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

CURITIBA. Instituto Municipal de Turismo de Curitiba. **Plano Municipal de Turismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/plano-municipal-de-turismo/1768>>. Acesso em: 09 set. 2018.

DYE, T. R. **Understanding public policy**. Boston: Editora Longman, 2011. 225 p.

EASTON, D. **A Framework for a political analysis**. New Jersey: Editora Prentice Hall, 1965.

GARCIA-CANCLINI, N. **Economía y Cultura: Los Países Latinos en La Esfera Pública Transnacional**, 1998. Disponível em <http://campus-oei.org/tres_espacios/coloquio11.htm>. Acesso em 10/04/2018

GARRAUD, P. Agenda Emergência. In L. BOUSSAGUET, L.; JACQUOT S.; RAVINET, P. **Dicionário de Políticas Públicas**. Paris: Press Fondation Nacional de Csienses Politiques. 2004. 180 p.

GETZ, D. **Tourism planning and research** : tradiçoes, models and futures. Ensaio apresentado no Australian Ytavel Research Workshop, Bundury, Westeer Autralia, 5/6 nov. 1987

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1991. 150 p.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008. 220 p.

GOMES, B. M. A. **Políticas Públicas de Turismo: Interação Empresários Setor Público em Curitiba sob a ótica institucional**. 2015. 204 f. Tese (Doutorado) - Curso de Turismo, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/37896/R+++T++BRUNO+MARTINS+AUGUSTO+GOMES.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 02 abr. 2018.

GREENBERG, G.D.; MILLER, J.A.; MOHR, L.B.; VLADECK, B.C. Developing Public Policy Theory: perspectives from empirical research. **The American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1532-1543, 1977.

HALL, G. M. **Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships**. 2. ed. Londres: Pearson Education Limited, 2008. 321 p.

HARGUINDIGUY, J.B. **Analisis de Politicas Publicas**. Editora: TECNOS, 2013. 288 p

HILL, M. **The policy process: a reader**. Hertfordshire: Editora Harvest Wheatsheaf, 1993. 208 p.

HOCHMAN, G.; ARRETCHE M.; MARQUES, M. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro. Editora: FIOCRUZ, 2007. 398 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/>> Acesso em 10\03\2018.

ICOMOS. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Turismo Cultural**. Bruxelas, 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>> Acesso em: 15\05\2018

ICOMOS. Conselho Internacional de Monumento e Sítios. **Carta Internacional de Turismo Cultural**. Cidade do México, 1999. Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreTurismocultural1999.pdf>> Acesso em: 15\05\2018

KAUCHAKJE, S. **Instituições e cultura: difusão e modelagem internacional da política pública brasileira de combate à pobreza**. São Leopoldo: Ciências Sociais Unisinos, vol. 49, n. 2, 2013. p. 135-144

LAKATOS, E. M. ; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 103 p.

LASWELL, H. D. **Politics: who get, what, when, how**. Cleveland: Editora Meridian Book, 1958. 196 p.

LOWI, T. Four systems of policy, politics and choice. **Public Adiministration Review** 1972 p. 298-310

MAJONE, G. Choice among policy instruments for pollution control. **International Institute For Applied Systems Analysis, Laxenburg**. v. 1, p.1-39, fev. 1976. Disponível em: <<http://pure.iiasa.ac.at/id/eprint/601/1/PP-76-002.pdf>>. Acesso em: 11\04\2018.

MCKERCHER, B; DUCROS, H. **Cultural Tourism: The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management**. 2. ed. New York: Routledge, 2012. 132 p. Disponível em:<<https://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 12\04\2018.

MENESES, J. N. C. **História e Turismo Cultural**. São Paulo: Editora Autêntica, 2007. 128 p.

OLIVEIRA, J. A. P. **Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas**. Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, Rio de Janeiro, 2006, 15 p. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n2/v40n2a06>>. Acesso em: 13\05\2018.

PARANÁ. Paraná Turismo (Org.). **Plano de Turismo do Estado do Paraná**. 2016. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=884>>. Acesso em: 11 de Agosto de 2018

PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Plano Estadual de Cultura - PEC/PR**. 2017. Disponível em: <<http://www.cultura.pr.gov.br/pagina-1224.html>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PETERS, B. G. **American Public Policy**. Chatham: Editora Chatham House. 1986. 185 p.

SABATIER, P. **Theories of the policy process**. Colorado: Editora Westview, 2007

SARAVIA, E. O conceito de política pública. In: SARAVIA, E.; FERRAREZI E. **Políticas Públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **The semisovereign people**: A realist's view of democracy in America. New York: Editora Holt, Reinhart, and Winston, 1960

SCHLAGER, E. A Comparison of Frameworks, Theories, and Models of Policy Processes. In: SABATIER, P. **Theories of the Policy Process**. Cambridge: Editora Westview, 2007.

SEBRAE. **Instrução normativa INS 14**: Instrutoria e Consultoria. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/asn/Estados/RO/Anexos/INS%2014%2005%20-%20Instrutoria%20e%20Consultoria.pdf>> Acesso em 31/10/2018

SEBRAE. **Lei Geral do Turismo**: marco regulatório do turismo. 2017. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-geral-do-turismo-marco-regulatorio-do-turismo,2c10ebb38b5f2410VgnVCM100000b272010aRCRD?origem=segmento&co dSegmento=15>>. Acesso em: 16 maio 2018.

SILVA, E. P. **Patrimônio e Identidade**: os desafios do turismo cultural. Fórum Antropológicos. Lisboa, 2000. p. 217 - 224. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/viewFile/932/734>>. Acesso em: 16 maio 2018.

SILVA, F. A. B. da; MIDDLEJ, S. **Políticas Públicas Culturais**: A voz dos gestores. Brasília: Ipea, 2011. 223 p.

SOUZA, C. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, C. O Estado da arte em políticas públicas. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p. 65-85. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

TREBILOCK, M. J.; HARTLE, D. G.; PRICHARD, J. R. S.; DEWEES, D. N. The Choice of Governing Instrument. **Economic Council of Canada's Regulatory Reference**, 1982. Disponível em <<https://ssrn.com/abstract=1997355>> Acesso em: 16\03\2018

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2 de Novembro de 2001. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127169m.pdf>>. Acesso em 10\04\2018

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 17 de Outubro de 2003. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao%20Salvaguarda%20Patrim%20Cult%20Imaterial%202003.pdf>> Acesso em: 20\05\2018

WUTHNOW, R. **Meaning and Moral Order**: exploration in cultural analysis. California: Editora University of California, 1989. 322 p

APÊNDICE 1: MATERIAL PARA CAPACITAÇÃO EM TURISMO CULTURAL**CAPACITAÇÃO EM TURISMO CULTURAL****FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

O processo de criação das políticas públicas é um sistema de relação entre formulação, resultados e o ambiente, sofrendo influências do ambiente interno e externo que acabam por afetar o processo, os efeitos e resultados.

FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

ETAPAS DA FORMULAÇÃO

1. **AGENDA:** estabelecer quais são as necessidades que devem ser elencadas como prioridades nos projetos do poder público. O fator essencial para a inclusão de um tema na agenda pública é que ele seja considerado um problema social, que gere controvérsias e debates e que necessite de uma intervenção pública.
2. **ELABORAÇÃO:** Nesta fase, começa a se ponderar as possíveis soluções, os recursos materiais e humanos, o tempo disponibilizado e necessário, a avaliação dos custos e o estabelecimento de prioridades. Deve-se sempre considerar a participação dos atores envolvidos e que seus interesses e percepções vão afetar e modificar todos os estágios de aplicação da política. Especificamente na elaboração, esses interesses entram em conflito com o ambiente e com os recursos disponíveis, podendo gerar atritos consideráveis entre o que é prioridade para a sociedade e o que é importante para o individual do agente envolvido
3. **FORMULAÇÃO:** seleção e especificação da alternativa que for mais conveniente. Enquanto na fase da elaboração prevalecem as questões técnicas, na formulação ressaltam-se as questões de marco jurídico, administrativo e financeiro

FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

4. **IMPLEMENTAÇÃO:** constitui o processo de planejamento e organização da administração e dos recursos necessários para executar a política. Essa fase é a preparação para a política pública ser colocada em prática, elaborando os planos, programa e projetos para execução, recrutar e capacitar as pessoas que estarão envolvidas na coordenação, no seguimento e na avaliação da política implementada.
5. **EXECUÇÃO:** conjunto de ações que buscarão alcançar os objetivos da política escolhida. Essa etapa é a que dá sentido às fases anteriores e posteriores, pois é nela onde a política é efetivamente realizada
6. **ACOMPANHAMENTO:** ocorre simultaneamente à execução e funciona como uma supervisão das atividades, fornecendo informações e correções de forma atingir os objetivos definidos
7. **AValiação:** caracterizada pela mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade, considerar o que foi previsto e o que não foi previsto, as correções necessárias, e como essas informações podem auxiliar na construção de políticas futuras

FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

- A utilização dessas etapas é importante para manter um padrão técnico de formulação de políticas públicas, assim como buscar cumprir e se atentar à todos os possíveis detalhes que compõem o começo, meio e fim da formulação de uma política
- Em suma, as políticas públicas demandam tempo e processo de cadeias de decisões, desdobrando-se e adaptando-se enquanto surgem problemas e necessidades novas
- Dessa forma, os instrumentos de políticas públicas (auxiliam condução de ciclo de políticas públicas bem como na tomada de decisões justas e aplicáveis ao contexto que se está avaliando. A escolha desses instrumentos, no entanto, não depende apenas de questões teóricas, objetivas e científicas e está sujeita também à parcerias e interesses políticos, o que torna essas decisões mais frágeis às mudanças de mandatos e conflitos ideológicos entre os envolvidos.

FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dentro do contexto, três tipos de instrumentos estão sempre presentes na formulação das políticas públicas. Esses instrumentos são denominados projeto, programa e plano e são destinados a atender interesses de uma coletividade, onde o lucro e os benefícios reverte-se sempre para o grupo-alvo.

1. **PROJETO:** aborda um elemento específico e o estuda de forma detalhada. Ele determina os custos e benefícios de um investimento, os passos, os envolvidos, os recursos necessários e os responsáveis.
2. **PROGRAMA:** O programa diz respeito a um conjunto de projetos que possuem similaridade ou complementaridade, e que se unem para articular as estratégias de um plano. O projeto e o programa juntos caracterizam os instrumentos de planejamento de maior aplicação pelas instituições de maior concretização das ações.
3. **PLANO:** é um instrumento com uma visão mais geral e, normalmente, com maior duração. Ele pode ser enquadrado também como parâmetro técnico-político pois nele participam inúmeros atores com lógicas e racionalidades distintas, onde a negociação e a proposta de alternativas que atendam ao interesse de todos é um mecanismo essencial

O TURISMO E SEUS EFEITOS NO DESTINO

- O turismo é com mais frequência abordado pelo viés econômico. Isso deve-se ao fato de que ele tem um efeito multiplicador que gera benefícios para o desenvolvimento de pequenas, médias e grandes empresas.
- Isso faz com que a atividade turística possibilite a geração de renda e oportunidades para os mais diversos empreendimentos de prestação de serviços como hotéis e bares, restaurantes até mesmo em pequenas comunidades e para empresários iniciantes. Isso permite a movimentação de capital e auxilia no crescimento da economia local.
- O setor também é relevante pelo grande impacto que causa na geração de empregos, no cotidiano dos habitantes onde a atividade acontece e no ecossistema em que está envolvido.
- O turismo movimenta fluxo de pessoas o que o torna uma forma de divulgação e compartilhamento de culturas, saberes, modos de fazer e ser. Acompanhado pela autenticidade e participação da comunidade local, a atividade turística pode ser uma forma muito efetiva de desenvolver sensibilização e preservação pelas culturas locais.

O PAPEL DO SETOR PÚBLICO NO TURISMO

- As políticas e planos de turismo se tornaram necessários porque, diferente de décadas passadas, a atividade turística pode e deve ser controlada e gerenciada para diminuir seus impactos negativos.
- O poder público no turismo tem um papel importante ao fornecer infraestruturas básicas para o turista, como saúde, segurança, saneamento, transporte, etc.
- O setor público pode também se aproximar da iniciativa privada para formular políticas que atendam o interesse de todos os atores e, inclusive, se for necessário restringir o desenvolvimento do turismo.
- O planejamento turístico é essencialmente uma atividade pública que deve ser feito em conjunto com a iniciativa privada e outros agentes, mas que deve-se manter sob o envolvimento regulador e fiscalizador do Estado

O PAPEL DO SETOR PÚBLICO NO TURISMO

LEI GERAL DO TURISMO - LEI Nº 11.771, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se turismo as atividades realizadas por pessoas físicas durante viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período inferior a 1 (um) ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

Parágrafo único. As viagens e estadas de que trata o caput deste artigo devem gerar movimentação econômica, trabalho, emprego, renda e receitas públicas, constituindo-se instrumento de desenvolvimento econômico e social, promoção e diversidade cultural e preservação da biodiversidade.

Art. 3º Caberá ao Ministério do Turismo estabelecer a Política Nacional de Turismo, planejar, fomentar, regulamentar, coordenar e fiscalizar a atividade turística, bem como promover e divulgar institucionalmente o turismo em âmbito nacional e internacional.

Parágrafo único. O poder público atuará, mediante apoio técnico, logístico e financeiro, na consolidação do turismo como importante fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e da conservação do patrimônio natural, cultural e turístico brasileiro.

TURISMO CULTURAL E SUAS POTENCIALIDADES

Turismo Cultural pode ser definido como a atividade que habilita as pessoas à experienciar os diferentes jeitos da vida de outros indivíduos, ganhando em primeira-mão o entendimento de seus costumes, tradições, ideias intelectuais, exemplos de arquitetura, história, arqueologia ou outros significados culturais que permanecem desde o passado. (ICOMOS, 1976).

- O turismo cultural busca facilitar e encorajar as pessoas envolvidas na conservação e na gestão do patrimônio a torná-lo acessível à comunidade residente e aos visitantes;
- Facilitar e estimular a indústria do turismo a promover e a gerir o turismo sob formas que respeitem e que valorizem o patrimônio e as culturas vivas das comunidades residentes;
- Facilitar e incentivar o diálogo entre os interesses da conservação e a indústria do turismo sobre a importância e a natureza frágil dos sítios patrimoniais, das coleções e das culturas vivas, incluindo a necessidade de se lhes conseguir um futuro sustentável;
- Encorajar a formulação de planos e de políticas para o desenvolvimento de objetivos pormenorizados e mensuráveis, e de estratégias relacionadas com a apresentação e a interpretação dos sítios patrimônio e das atividades culturais, no contexto da sua preservação e conservação.

(ICOMOS, 1999)

TURISMO CULTURAL NOS PLANOS: CASOS DE SUCESSO

PLANO MUNICIPAL DE CULTURAL DE CURITIBA 2015-2025

4.1.10 Promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura estabelecendo ações que valorizem espaços e locais que possuam iniciativas de cultura sustentável.

4.7 Aprofundar a inter-relação entre cultura e turismo gerando benefícios e sustentabilidade para ambos os setores, evitando os processos de gentrificação.

4.7.2 Envolver os órgãos, gestores e empresários de turismo no planejamento e comunicação com equipamentos culturais, promovendo espaços de difusão de atividades culturais para fins turísticos.

4.7.4 Fomentar e fortalecer as modalidades de negócios praticadas pelas comunidades locais e pelos residentes em áreas de turismo, fortalecendo os empreendedores tradicionais em sua inserção nas dinâmicas comerciais estabelecidas pelo turismo.

4.7.12 - Preservar e vitalizar a vocação turística de caráter étnico em bairros tradicionais de Curitiba - Abranches (poloneses), Santa Felicidade e Umbarã (italianos), Uberaba (japoneses), entre outros – com políticas públicas que evitem a desconstrução identitárias desses bairros, resgatem costumes, festas típicas, incentivem o turismo de caráter étnico e valorizem os grupos, agremiações e entidades que lutam pela preservação da cultura dos países de origem, repercutindo a idéia de uma cidade que "acolhe todas as gentes". Transformar os Parques, Memoriais e Praças étnicas em pólos de divulgação das respectivas culturas, com ocupação artística permanente.

EXERCÍCIO I: MAPEANDO NOSSOS RECURSOS CULTURAIS

1. Dividam-se em cinco grupos com cinco pessoas cada;
2. Baseando-se no relatório de espaços culturais e eventos do seu município, debatam e escolham os principais recursos culturais.
*Lembrem-se: considerem questões como relevância histórica, cultural e infraestrutura ao fazer suas escolhas.
3. Após isso, reuniremos os recursos culturais mais escolhidos

*Questões a serem debatidas:

- Qual a relevância cultural desses lugares/eventos?
- Qual o fluxo de visitação?
- Se forem patrimônios materiais, existem programas de interpretação patrimonial para esse espaço?
- Se forem eventos, qual a frequência de realização? É gratuito e acessível para todos os públicos?
- Existe alguma iniciativa específica para alguns desses espaços/eventos no Plano Municipal de Cultura vigente (se tiver)?



EXERCÍCIO II: COLOCANDO O TURISMO NO NOSSO PLANO DE CULTURA

Desenvolvimento de diretrizes de turismo cultural para os recursos culturais citados. Considere:

1. Quais são as principais dificuldades desses espaços/eventos?
2. Parcerias com a iniciativa privada.
3. Estratégias de interpretação patrimonial.
4. Ações de marketing para atrair fluxo turístico.
5. Realização de atividades públicas e gratuitas nesses espaços/eventos.
6. Capacitação do corpo técnico e dos profissionais.
7. Como a infraestrutura pode ser melhorada?



REFERÊNCIAS

- CORIOLANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Pasos: Revista de Turismo e Patrimônio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 1, n. 2, p.161-171, 2003
- CURITIBA. Fundação Cultural de Curitiba. **Planos municipal e setoriais de Curitiba**. 2015.
- EASTON, D. *A Framework for a political analysis*. New Jersey: Editora Prentice Hall, 1965.
- HALL, G. M. **Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships**. 2. ed. Londres: Pearson Education Limited, 2008. 321 p.
- ICOMOS. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. **Carta de Turismo Cultural**. Bruxelas, 1976
- ICOMOS. Conselho Internacional de Monumento e Sítios. **Carta Internacional de Turismo Cultural**. Cidade do México, 1999